

# PREGÃO ELETRÔNICO

036/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Departamento de Água e Esgoto de Bauru (930098)

## OBJETO

**Registro de Preços para eventual contratação de serviços de retífica de motor, embuchamento de máquinas, de molejos e de manutenção de ar condicionado** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 1.111.402,98**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/05/2026** às **09h00** (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS COTA RESERVADA



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	19
11. DOS RECURSOS .....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026**

Processo Administrativo nº 2013/2025

Torna-se público que o **Departamento de Água e Esgoto de Bauru**, ou simplesmente **DAE**, por meio da Divisão Administrativa, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Bauru/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 16.668, de 28 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual prestação do serviço de retífica de motor, embuchamento de máquinas, de molejos e de manutenção de ar condicionado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para o grupo 08, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), do Decreto nº 8.538, de 2015 e da Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6.1. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, a falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. No preenchimento da proposta escrita, a coluna “Valor Unitário” em R\$ deve ser expressa em até quatro casas decimais, e a coluna “Valor Total” em R\$ expressa com duas casas decimais, de cada item.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.12.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de

aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#) e pela Lei Municipal nº 7.238, de 2019.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.2.5. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos estabelecidos no Anexo I do Edital como critério de aceitabilidade:

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, no caso de pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Cadastro de Sanções por Fornecedor, mantido pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo ([https://www.bec.sp.gov.br/sancoes\\_ui/asp/consultaadministrativaforneecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/sancoes_ui/asp/consultaadministrativaforneecedor.aspx));
- e) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste Edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não

haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou servidor integrante do Serviço de Compras do DAE, mediante a apresentação do documento original, ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua

responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade será verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5.1. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, será exigido o cadastramento da pessoa física em Sistema de Registro Cadastral utilizado pelo Município.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (14) 3106-1102 e/ou e-mail [andersonnm@daebauru.sp.gov.br](mailto:andersonnm@daebauru.sp.gov.br), [ricardoaa@daebauru.sp.gov.br](mailto:ricardoaa@daebauru.sp.gov.br), contato com Ricardo ou Anderson, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, conforme casos previstos no item 8.4, juntamente com a proposta escrita, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. O endereço para entrega é o seguinte:

Departamento de Água e Esgoto  
Pregão nº 036/2026  
Rua Padre João, nº 11-25  
Vila Santa Tereza, Bauru, São Paulo  
CEP 17012-020

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#) e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#) e art. 31 da Lei Municipal nº 7.238/2019).

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 16.668/23.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 30 (trinta) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Serviço de Compras do DAE.

11.10.1. Eventual pedido para extração de cópias será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Pregoeiro, arcando o requerente com os custos.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [pregoeiro\\_sandra@daebauru.sp.gov.br](mailto:pregoeiro_sandra@daebauru.sp.gov.br) c/c [licit.compras@daebauru.sp.gov.br](mailto:licit.compras@daebauru.sp.gov.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.daebauru.sp.gov.br](http://www.daebauru.sp.gov.br).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e de Notificação TCE/SP

14.11.2.1. Apêndice do Anexo II - Minuta de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

14.11.4. ANEXO IV - Modelos de Cartas de Credenciamento e Outras Declarações

Bauru, 30 de abril de 2026.

Tatiana Almeida Nunes Silveira  
Divisão Administrativa - DAE

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

Processo Administrativo nº 2013/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para eventual contratação de serviços de retífica de motor, embuchamento de máquinas, de molejos e de manutenção de ar condicionado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**GRUPO Nº 01 – AMPLA DISPUTA - Itens 1 ao 18: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Retroescavadeiras e Pás Carregadeiras**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE AÇÃO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 495,0000	R\$ 5.940,00
2	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 431,6667	R\$ 5.180,00
3	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 860,0000	R\$ 10.320,00
4	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 981,0000	R\$ 11.772,00
5	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 914,3333	R\$ 10.972,00
6	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 1.038,3333	R\$ 12.460,00
7	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A	18619	Serviço	12	R\$ 712,0000	R\$ 8.544,00

	VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008					
8	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 998,3333	R\$ 11.980,00
9	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 430,0000	R\$ 5.160,00
10	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO, COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 395,0000	R\$ 4.740,00
11	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 666,6667	R\$ 8.000,00
12	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 322,6667	R\$ 3.872,00
13	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 766,6667	R\$ 9.200,00
14	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 550,0000	R\$ 6.600,00
15	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 229,0000	R\$ 2.748,00
16	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 630,6667	R\$ 7.568,00
17	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA, REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 511,6667	R\$ 6.140,00
18	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	12	R\$ 166,6667	R\$ 2.000,00

**GRUPO Nº 02 – AMPLA DISPUTA - Itens 19 ao 36: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Viaturas Pesadas**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
19	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE ACIONAMENTO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 490,0000	R\$ 4.900,00
20	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 433,3333	R\$ 4.333,33
21	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 930,0000	R\$ 9.300,00
22	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 1.006,6667	R\$ 10.066,67
23	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 1.056,6667	R\$ 10.566,67
24	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 1.095,0000	R\$ 10.950,00
25	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 700,0000	R\$ 7.000,00
26	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 890,0000	R\$ 8.900,00
27	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 500,0000	R\$ 5.000,00
28	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO,	18619	Serviço	10	R\$	R\$

	COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008				403,3333	4.033,33
29	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 666,6667	R\$ 6.666,67
30	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 319,3333	R\$ 3.193,33
31	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 773,3333	R\$ 7.733,33
32	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 500,0000	R\$ 5.000,00
33	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 233,3333	R\$ 2.333,33
34	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 663,3333	R\$ 6.633,33
35	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA, REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 485,0000	R\$ 4.850,00
36	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	10	R\$ 162,6667	R\$ 1.626,67

**GRUPO Nº 03 – AMPLA DISPUTA - Itens 37 ao 54: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Viaturas Leves**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
37	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE ACIONAMENTO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 493,3333	R\$ 7.400,00
38	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA	18619	Serviço	15	R\$ 431,6667	R\$ 6.475,00

	EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008					
39	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 960,0000	R\$ 14.400,00
40	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 941,6667	R\$ 14.125,00
41	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 875,0000	R\$ 13.125,00
42	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 936,6667	R\$ 14.050,00
43	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 500,0000	R\$ 7.500,00
44	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 956,6667	R\$ 14.350,00
45	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 423,3333	R\$ 6.350,00
46	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO, COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 353,3333	R\$ 5.300,00
47	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 600,0000	R\$ 9.000,00
48	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 283,3333	R\$ 4.250,00
49	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 696,6667	R\$ 10.450,00
50	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO	18619	Serviço	15	R\$ 396,6667	R\$ 5.950,00

	COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008					
51	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 231,6667	R\$ 3.475,00
52	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 503,3333	R\$ 7.550,00
53	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA, REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 478,3333	R\$ 7.175,00
54	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	18619	Serviço	15	R\$ 120,0000	R\$ 1.800,00

**GRUPO Nº 04 – AMPLA DISPUTA - Itens 55 ao 68: SERVIÇOS DE MOLEJO – Viaturas Pesadas**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
55	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHÃO 3/4, ASSEGURANDO DIRIGIBILIDADE, REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES E MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE ESTRUTURAL DO CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	3573	Serviço	14	R\$ 1.260,0000	R\$ 17.640,00
56	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHONETE, PARA GARANTIR A CAPACIDADE DE CARGA E DIRIGIBILIDADE, REDUZINDO VIBRAÇÕES E MANTENDO A ESTABILIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	3573	Serviço	10	R\$ 1.050,0000	R\$ 10.500,00
57	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DE EIXO DA TRACÇÃO E TRUCK DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE AJUSTE DA GEOMETRIA DOS EIXOS, ESSENCIAL PARA A DIRIGIBILIDADE, ESTABILIDADE E DESGASTE UNIFORME DOS PNEUS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	06	R\$ 927,0000	R\$ 5.562,00
58	SERVIÇO DE ARQUEAMENTO DE MOLEJO DE CAMINHÃO, PARA RESTAURAR A CURVATURA ORIGINAL DAS MOLAS, RECUPERANDO A ALTURA DO VEÍCULO E A CAPACIDADE DE CARGA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	3573	Serviço	08	R\$ 572,0000	R\$ 4.576,00
59	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DE MANGA DE EIXO DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE USINAGEM E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS DESGASTADAS, ELIMINANDO FOLGAS E MELHORANDO A DIRIGIBILIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	12	R\$ 1.220,0000	R\$ 14.640,00
60	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DE MOLEJO DE CAMINHÃO, PARA SUBSTITUIR AS BUCHAS DESGASTADAS NAS ARTICULAÇÕES, ELIMINANDO FOLGAS E RUÍDOS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT	3573	Serviço	10	R\$ 1.288,3333	R\$ 12.883,33

	NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011					
61	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DO SUPORTE DE MOLAS DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS QUE CONECTAM O FEIXE DE MOLAS AO CHASSI, ELIMINANDO FOLGAS E GARANTINDO A FIXAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	3573	Serviço	20	R\$ 1.386,6667	R\$ 27.733,33
62	SERVIÇO DE TROCA DA TRAVESSA DO CHASSIS DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA DAS TRAVESSAS ESTRUTURAIS QUE COMPÕEM O CHASSI, RESTAURANDO A RIGIDEZ E A CAPACIDADE ESTRUTURAL DO VEÍCULO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	14	R\$ 1.761,6667	R\$ 24.663,33
63	SERVIÇO DE TROCA DE BALANÇA DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DO COMPONENTE DA SUSPENSÃO QUE CONTROLA O MOVIMENTO VERTICAL DO EIXO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	08	R\$ 2.525,0000	R\$ 20.200,00
64	SERVIÇO DE TROCA DE BUCHAS DE MOLAS DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DE BUCHAS DE BORRACHA OU POLIURETANO PARA EVITAR ATRITO ENTRE AS MOLAS E O CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	02	R\$ 2.213,3333	R\$ 4.426,67
65	SERVIÇO DE TROCA DE JUMELOS DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DOS SUPORTES ARTICULADOS QUE CONECTAM O FEIXE DE MOLAS AO CHASSIS, PERMITINDO O MOVIMENTO VERTICAL DAS MOLAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	14	R\$ 1.130,0000	R\$ 15.820,00
66	SERVIÇO TROCA DE TIRANTE DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DE TIRANTES DA SUSPENSÃO QUE MANTÊM A GEOMETRIA DO EIXO DA SUSPENSÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	08	R\$ 1.012,6667	R\$ 8.101,33
67	SERVIÇO TROCA DO "V" DA SUSPENSÃO DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DO TIRANTE EM FORMATO DE "V" DA SUSPENSÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	3573	Serviço	05	R\$ 1.186,6667	R\$ 5.933,33
68	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHÃO 3/4, ASSEGURANDO DIRIGIBILIDADE, REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES E MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE ESTRUTURAL DO CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	3573	Serviço	02	R\$ 1.546,6667	R\$ 3.093,33

**GRUPO Nº 05 – AMPLA DISPUTA - Itens 69 ao 80: SERVIÇOS DE EMBUCHAMENTO – Máquinas Retroescavadeira**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
69	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA CAÇAMBA DIANTEIRA POR MEIO DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, RESTAURANDO O AJUSTE DIMENSIONAL E ELIMINANDO FOLGAS EXCESSIVAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 1.417,3333	R\$ 14.173,33
70	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA CAÇAMBA TRASEIRA COM PROCESSOS DE USINAGEM DE PRECISÃO (MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO), GARANTINDO MAIOR VIDA ÚTIL DOS PINOS E ARTICULAÇÕES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE	3573	Serviço	10	R\$ 1.615,0000	R\$ 16.150,00

	SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)					
71	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO "H" ARMAÇÃO, UTILIZANDO PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E A FUNCIONALIDADE DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 3.546,6667	R\$ 35.466,67
72	RECUPERAÇÃO DO CHASSI (TODOS OS OLHAIS), INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A INTEGRIDADE ESTRUTURAL E A FUNCIONALIDADE DE TODAS AS ARTICULAÇÕES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 3.546,6667	R\$ 35.466,67
73	RECUPERAÇÃO DO PIVÔ, POR MEIO DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO PRINCIPAL DA DIREÇÃO E EVITAR FOLGAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 3.060,0000	R\$ 30.600,00
74	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA LANÇA DO LEVANTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DO BRAÇO DA MÁQUINA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 1.960,0000	R\$ 19.600,00
75	RECUPERAÇÃO DA LANÇA DO LEVANTE, INCLUINDO A DESMONTAGEM E O MANDRILHAMENTO DE TODOS OS OLHAIS, SEGUIDO DE ENCAMISAMENTO E MONTAGEM PARA RESTAURAR A FUNCIONALIDADE COMPLETA DA LANÇA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 1.960,0000	R\$ 19.600,00
76	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO, COM PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DO CILINDRO E ELIMINAR FOLGAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 1.580,0000	R\$ 15.800,00
77	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO DO GIRO, UTILIZANDO PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, RESTAURANDO A FUNCIONALIDADE DO SISTEMA DE GIRO DA MÁQUINA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 2.248,3333	R\$ 22.483,33
78	RECUPERAÇÃO DOS OLHAIS DO CILINDRO DE PROFUNDIDADE, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR O MOVIMENTO DO BRAÇO DE PROFUNDIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 3.243,3333	R\$ 32.433,33
79	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO DA CAÇAMBA DIANTEIRA, COM PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DA CAÇAMBA FRONTAL. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 3.243,3333	R\$ 32.433,33

80	RECUPERAÇÃO DOS OLHAIS DOS ESTABILIZADORES, LADO DIREITO E ESQUERDO, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ESTABILIDADE DA MÁQUINA DURANTE A OPERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	3573	Serviço	10	R\$ 2.553,3333	R\$ 25.533,33
----	--	------	---------	----	-------------------	------------------

**GRUPO Nº 06 – AMPLA DISPUTA - Itens 81 ao 90: SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR – Motores Diesel 4 Cilindros**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
81	RETÍFICA COMPLETA DO BLOCO DE MOTOR DIESEL 4 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 2.873,3333	R\$ 28.733,33
82	RETÍFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 1.200,0000	R\$ 12.000,00
83	RETÍFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 433,0000	R\$ 4.330,00
84	RETÍFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS, ASSENTAMENTO E ENCHIMENTO DE SOLDA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 3.411,6667	R\$ 34.116,67
85	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 742,6667	R\$ 7.426,67
86	RETÍFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 465,6667	R\$ 4.656,67
87	FACEAMENTO DE VOLANTE DE MOTOR, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PLANA E UNIFORME PARA O ACOPLAMENTO DA EMBREAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 1.100,0000	R\$ 11.000,00
88	TESTE DE VEDAÇÃO DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	10	R\$ 812,6667	R\$ 8.126,67
89	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR	3565	Serviço	10	R\$ 828,3333	R\$ 8.283,33

	13032:2008					
90	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MOTOR PARCIAL, PARA INTERVENÇÕES QUE NÃO REQUEREM A RETÍFICA COMPLETA, COMO TROCA DE COMPONENTES ESPECÍFICOS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15831:2010	3565	Serviço	10	R\$ 1.860,0000	R\$ 18.600,00

**GRUPO Nº 07 – AMPLA DISPUTA - Itens 91 ao 99: SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR – Motores Diesel 6 Cilindros**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
91	RETÍFICA COMPLETA DO BLOCO DE MOTOR DIESEL 6 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 3.953,3333	R\$ 19.766,67
92	RETÍFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 1.926,6667	R\$ 9.633,33
93	RETÍFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 715,0000	R\$ 3.575,00
94	RETÍFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS, ASSENTAMENTO E ENCHIMENTO DE SOLDA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 4.653,3333	R\$ 23.266,67
95	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 953,3333	R\$ 4.766,67
96	RETÍFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 886,6667	R\$ 4.433,33
97	FACEAMENTO DE VOLANTE DE MOTOR, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PLANA E UNIFORME PARA O ACOPLAMENTO DA EMBREAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 1.400,0000	R\$ 7.000,00
98	TESTE DE VEDAÇÃO DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 1.800,0000	R\$ 9.000,00
99	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	05	R\$ 1.148,3333	R\$ 5.741,67

**GRUPO Nº 08 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - Itens 100 ao 108: SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR – Motores a Etanol/Gasolina 4 Cilindros**

Item	Especificação	Catser	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
100	RETÍFICA COMPLETA DE BLOCO DE MOTOR A CICLO OTTO 4 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 860,0000	R\$ 1.720,00
101	RETÍFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 435,0000	R\$ 870,00
102	RETÍFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 973,3333	R\$ 1.946,67
103	RETÍFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS, ASSENTAMENTO, ENCHIMENTO DE SOLDA, AJUSTE DE ALOJAMENTO DO COMANDO, REGULAGEM DE VÁLVULAS E MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 1.915,0000	R\$ 3.830,00
104	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 530,0000	R\$ 1.060,00
105	RETÍFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 238,0000	R\$ 476,00
106	TESTE DE VEDAÇÃO E TRINCA DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 475,0000	R\$ 950,00
107	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	3565	Serviço	02	R\$ 486,6667	R\$ 973,33
108	TESTE DE TRINCA DE CABEÇOTE, PARA DETECÇÃO DE FISSURAS INTERNAS QUE COMPROMETEM A INTEGRIDADE DO COMPONENTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008 E	3565	Serviço	02	R\$ 300,0000	R\$ 600,00

**NORMAS ABNT NBR: VEÍCULOS RODOVIÁRIOS AUTOMOTORES:**

- **MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES**
  - **ABNT NBR 15629:2008** Esta Norma descreve os procedimentos e as recomendações para manutenção em sistemas de climatização em veículos rodoviários automotores.
- **MANUTENÇÃO DE SUSPENSÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**
  - **ABNT NBR 14780:2001** Esta Norma estabelece princípios gerais de inspeção, diagnóstico, reparação e/ou substituição parcial ou total em sistemas de suspensão de veículos.
  - **ABNT NBR 15988:2011** Esta Norma estabelece a terminologia, especificação do produto e métodos de ensaio recomendados para avaliação de lâminas avulsas para feixes de molas
- **MANUTENÇÃO DE MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.**
  - **ABNT NBR 13032:2008** Versão Corrigida:2009; Esta Norma estabelece os princípios gerais para execução de retífica completa de motores alternativos de combustão interna de aplicação rodoviária, agrícola, industrial, náutica, aeronáutica, estacionário, ferroviária, bem como dos seus componentes individuais, a partir das características, conforme especificações do fabricante do motor, nas suas mais diversas aplicações.
  - **ABNT NBR 15831:2010** Esta Norma estabelece os princípios gerais para remoção, reinstalação e funcionamento de motores alternativos de combustão interna de aplicação rodoviária, agrícola, industrial, marítima, estacionária e ferroviária, bem como dos seus componentes agregados e periféricos, a partir das características, conforme especificações do fabricante do motor, nas suas mais diversas aplicações.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Subcontratação**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.3. A vistoria nas instalações da oficina localizada no Centro de Manutenção é imprescindível e tem por finalidade permitir às licitantes o conhecimento do local disponibilizado pela Administração para a eventual execução dos serviços, caso optem por realizá-los nas referidas dependências. A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante agendamento prévio junto à Divisão de Apoio Operacional (DAO), com o acompanhamento de servidor designado.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Da localização**

4.8. A oficina da empresa contratada deverá estar localizada a uma distância máxima de 100 (cem) quilômetros do Centro de Manutenção do DAE, situado na Avenida José Henrique Ferraz, Quadra 20,

s/nº, Jardim Ouro Verde, CEP 17054-697, Bauru/SP. Essa distância será comprovada por meio do Google Maps®. Essa exigência se aplica exclusivamente nos casos em que o serviço for realizado nas dependências da oficina da contratada.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. Os serviços deverão ser realizados pela empresa conforme as necessidades da Oficina do DAE, que emitirá autorização devidamente atestada pelo Diretor do Serviço de Manutenção de Viaturas, Máquinas e Equipamentos, sendo esses serviços agendados previamente através de telefone e/ou endereço de e-mail, disponibilizado pela empresa no dia da licitação;

5.2. Após a emissão da Ordem de Serviço, a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para vistoriar o veículo/máquina(s) e apresentar relatório do(s) problema(s) a ser(em) solucionado(s). A vistoria será feita em local indicado pelo Departamento, dentro do perímetro urbano na cidade de Bauru/SP;

5.3. No relatório deverá constar: número do veículo/máquina; a marca/modelo, os serviços a serem executados e, caso haja necessidade de substituição, o nome e o código da peça de reposição original bem como o quantitativo de cada peça a ser aplicada;

5.3.1. Após aprovação do relatório pelo gestor e/ou recebimento das peças, a EMPRESA se obriga a realizar os serviços nos veículos/máquinas do DAE, no prazo máximo de:

- a) Serviços em sistemas de ar condicionado, .....2 dias corridos
- b) Serviços de molejo: .....2 dias corridos
- c) Serviços de embuchamento .....5 dias corridos
- d) Serviço de retífica de motores.....5 dias corridos

5.4. As peças utilizadas nas manutenções serão fornecidas pelo DAE, sendo, portanto, obrigatório a EMPRESA apresentar as peças substituídas ao DAE após finalizar o respectivo serviço;

5.5. No(s) preço(s) cotado(s) acima, deverá(ão) estar embutido(s) todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa participante a quitação destes:

5.6. Caso seja necessário a empresa assumirá integralmente os custos associados com o transporte do(s) veículo/máquina(s) do local onde se encontram até sua oficina e vice-versa, inclusive na

revisão decorrente da realização do presente serviço, correndo por conta da EMPRESA as despesas de seguro transporte, pedágios, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, conforme o disposto no item 5.1.6, decorrentes da execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

5.7. A retirada e devolução do(s) veículo/máquina(s), são de responsabilidade da EMPRESA e deverá(ão) ser efetuada(s) no Centro de Manutenção do DAE, sito na Av. José Henrique Ferraz, quadra 20, S/N, Jardim Ouro Verde, Bauru/SP – CEP: 17054-697, em horário previamente agendado com o Diretor da Oficina Mecânica do DAE, através do telefone (14) 3106-1102 em dias úteis e no horário de funcionamento do DAE;

5.7.1. Para o transporte, deverão ser utilizados veículos básicos representados por caminhão, caminhão-guincho, reboque, com capacidade e motorização compatível com o veículo/máquina a ser transportada;

5.7.2. O veículo/máquina deverá passar por vistoria prévia, indicando suas condições ao sair e retornar à oficina da Divisão de Apoio Operacional do DAE (estado da lataria, do estofamento, riscos, quilometragem, quantidade do marcador de combustíveis etc.). Nesta vistoria devem assinar o responsável pelo veículo/máquina e pela oficina.

5.8. A EMPRESA será responsável por quaisquer danos causados ao(s) veículo/máquina(s) ou equipamento(s) durante todo o período de posse do(s) mesmo(s), inclusive quanto ao pagamento de multas ocorridas durante a realização dos serviços ou deslocamentos.

#### 5.9. **Do serviço de Retífica de Motor**

5.10. A empresa contratada para executar os serviços está sujeita à estrita observância dos procedimentos licitatórios. De início, será incumbida da retirada do motor, já desmontado, de sua localização atual. Subsequentemente, procederá ao transporte do motor desmontado para suas instalações, onde efetuará os serviços de retífica, compreendendo a desmontagem e montagem do motor, usinagem do motor e do cabeçote, limpeza dos bicos, substituição de peças desgastadas, verificação e substituição de componentes como pistões, anéis, válvulas, bronzinas, dentre outros, bem como a montagem e balanceamento pós-retífica.

5.10.1. Após a conclusão da retífica, a empresa contratada deverá providenciar o transporte do motor de volta e proceder à sua instalação na(s) máquina(s) e/ou no(s) veículos. Em sequência, conduzirá todos os testes necessários para assegurar o adequado funcionamento do motor após a instalação, incluindo verificações de desempenho, ajustes finos e testes operacionais. Por fim, após a conclusão dos serviços e testes, a máquina ou veículo deverá ser entregue ao cliente em perfeitas condições de operação.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.10.2. Na oficina da contratada ou no Centro de Manutenção do DAE, sito na Av. José Henrique Ferraz, quadra 20, S/N, Jardim Ouro Verde, Bauru/SP – CEP: 17054-697, em horário previamente agendado com o Diretor da Oficina Mecânica do DAE, através do telefone (14) 3106-1102 em dias úteis e no horário de funcionamento do DAE.

5.10.3. No caso específico dos serviços serem executados na oficina da contratada, estes deverão ser realizados respeitando-se o limite de distância estabelecido no item 4.8 deste Anexo.

**Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

**Para o Serviço de Retífica de Motor:**

5.11 A contratada, obriga-se a dar pelo objeto, prazo de garantia mínima de 10.000 (dez mil) quilômetros ou 06 (seis) meses, para os serviços, contados a partir da data de recebimento definitivo do serviço pelo DAE:

5.11.1 Durante o período de garantia, caso o motor apresente defeitos, a contratada deverá refazer os serviços e se necessário substituir peças defeituosas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após comunicado feito pela DAO, sem custos adicionais ao DAE;

5.11.2 Ainda, durante o período de garantia, a contratada deverá realizar todos os ajustes que se fizerem necessários ao motor. Deverá realizar também a primeira revisão de 1.000 (um mil) quilômetros do veículo, com custos de mão de obra, lubrificante e filtros a serem substituídos por conta da CONTRATADA. A revisão de 1.000 (um mil) quilômetros será realizada no Centro de Manutenção do DAE, com acompanhamento de servidor da DAO designado.

**Para os Serviço de Molejo, embuchamento e Ar condicionado.**

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização,

das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) e Decreto Municipal nº 16.666, de 2023).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **Do recebimento**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal nº 16.666, de 2023);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.13. Dado o atesto / recebimento provisório da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. O prazo de validade;

7.14.2. A data da emissão;

7.14.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. O valor a pagar; e

7.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência

do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto / recebimento provisório.

7.23. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.24. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. O fornecimento será considerado compatível em quantidade se comprovada o serviço de, no mínimo, 1 (um) serviço relativo ao grupo pertinente (manutenção de sistemas de ar condicionado, retífica de motores, embuchamento de máquinas e molejo).

8.25.1.2. O atestado deverá especificar a espécie do serviço fornecido, devendo constar expressamente, de forma a permitir a verificação da similaridade do bem e a compatibilidade da quantidade de fornecimento;

8.25.1.3. A compatibilidade será considerada atendida mediante comprovação da comercialização de, no mínimo, 1 (um) serviço relacionado ao grupo correspondente, abrangendo as categorias de serviços em sistemas de ar condicionado, molejo, embuchamento e retífica de motores.

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

### **Documentações complementares**

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.27. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.27.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para que no prazo de 2 (dois) dias úteis comprove as exigências referidas com os prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar e serem aplicadas as penalidades legais cabíveis.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.111.402,98 (um milhão, cento e onze mil, quatrocentos e dois reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve

o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto Municipal nº 16.668/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Fichas nº 1315 e 1348

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**I.** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A gestão da frota do Departamento de Água e Esgoto (DAE) fundamenta-se na aquisição e manutenção contínua e eficiente dos veículos e máquinas. A frota é composta por veículos leves, como hatch e sedã, veículos pesados, como caminhões, e máquinas pesadas, incluindo retroescavadeiras, pás carregadeiras e escavadeiras hidráulicas. A operação desses equipamentos é essencial para a execução das atividades institucionais e, conseqüentemente, para o atendimento das demandas públicas.

Os veículos e maquinários utilizados pela Autarquia estão sujeitos a quebras e panes mecânicas, situações que podem ocasionar sérios transtornos e comprometer diretamente a continuidade das atividades diárias, inclusive aos finais de semana. A indisponibilidade de um veículo, mesmo que temporária, impacta negativamente tanto as operações administrativas quanto as operacionais, causando atrasos e prejuízos ao atendimento à população.

Resolver essa questão traz impactos positivos para a administração pública e para a sociedade. A manutenção adequada garante que a frota esteja sempre em condições de uso, evitando paradas não programadas e assegurando a continuidade dos serviços essenciais de água e esgoto. Isso resulta em maior eficiência operacional, redução de custos com reparos emergenciais e prevenção de gastos desnecessários. Veículos bem conservados também reduzem o risco de acidentes, protegendo funcionários e a população, contribuindo para a segurança de todos.

A melhoria na qualidade dos serviços prestados à população é outro benefício importante. Com a frota operando plenamente, o Departamento de Água e Esgoto consegue atender às demandas de forma ágil e eficiente, como em reparos de vazamentos e limpeza de redes de esgoto. Isso gera um impacto positivo na imagem da administração, pois a população percebe que os recursos públicos estão sendo bem geridos, aumentando a confiança no poder público. A manutenção preventiva ainda contribui para a sustentabilidade, já que veículos em bom estado emitem menos poluentes, reduzindo o impacto ambiental e promovendo a saúde pública.

Por outro lado, não resolver o problema pode levar a consequências graves. Veículos sem manutenção tendem a apresentar falhas graves, resultando em reparos caros ou até na substituição precoce da frota, gerando custos elevados. A falta de manutenção pode causar interrupções nos serviços, paralisando atividades críticas e causando transtornos à população, como demoras no atendimento a emergências. Veículos mal conservados também representam riscos à segurança, podendo causar acidentes que colocam em perigo a vida de motoristas, funcionários e cidadãos. A imagem da administração pode ser prejudicada, já que a população pode interpretar a falta de manutenção como má gestão dos recursos públicos, gerando insatisfação e desconfiança.

A contratação de serviços especializados para a manutenção da frota traz benefícios diretos. Reduz custos a longo prazo, pois a manutenção preventiva evita gastos maiores no futuro, como consertos de grande porte ou substituição de veículos. Garante a disponibilidade da frota, evitando interrupções nos serviços essenciais. Profissionais especializados asseguram que a manutenção seja feita de forma técnica e adequada, prolongando a vida útil dos veículos e garantindo maior eficiência. Além disso, contribui para a sustentabilidade, reduzindo emissões poluentes e promovendo o uso mais eficiente de recursos.

Em resumo, resolver o problema da manutenção da frota oficial do Departamento de Água e Esgoto de Baurópolis é essencial para garantir eficiência operacional, redução de custos, segurança e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população. Deixar o problema sem solução pode levar a custos elevados, interrupções nos serviços, riscos à segurança e desgaste da imagem da administração. Portanto, investir na manutenção da frota é uma medida estratégica e necessária, com impactos positivos tanto para a administração pública quanto para a sociedade.

**II.** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

A contratação está prevista no plano anual de compras 2026 e será atendida pela seguinte dotação:

I) ficha orçamentária ..... 1315 / Outros serviços de terceiros.

II ficha orçamentária ..... 1348 / Outros serviços de terceiros – FTE.

A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços descritos no ETP se alinha diretamente aos objetivos estratégicos da Administração ao garantir a manutenção eficiente e contínua de veículos e equipamentos essenciais à operação das atividades públicas. Esses serviços, que incluem manutenção em sistemas de ar condicionado, suspensão, estrutura metálica e motores de retroescavadeiras, caminhões e viaturas leves, são fundamentais para assegurar o pleno funcionamento do patrimônio público, evitando paralisações, reduzindo custos com substituições e prolongando a vida útil dos ativos.

### III. Requisitos da contratação:

Para a habilitação nas licitações e, no que couber, a elaboração do termo de referência e do edital deverão observar as regras e documentação constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

A exigência de garantia contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, será dispensada, considerando que o objeto desta licitação consiste em serviços considerados de baixa complexidade. Tal objeto não apresenta riscos significativos de inadimplemento que justifiquem a imposição de garantia, motivo pelo qual não será requerida nesta contratação.

Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega de cada serviço. O fornecedor deve pertencer ao ramo de atividade compatível com o objeto contratado, estar a regular perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, o FGTS e a Justiça do Trabalho, além de não possuir registros de sanções impeditivas à contratação.

A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante a demonstração da execução de, no mínimo, um serviço compatível em quantidade com o objeto licitado, relacionado ao respectivo grupo pertinente, como manutenção de sistemas de ar-condicionado, retífica de motores, embuchamento de máquinas e serviços de molejo.

A exigência de qualificação técnica decorre da natureza crítica dos serviços para o funcionamento dos veículos e máquinas da Autarquia, cujo mau desempenho pode comprometer diretamente a prestação de serviços essenciais à população. A comprovação prévia da capacidade técnica busca mitigar riscos de inexecução contratual e assegurar a qualidade da prestação.

A análise da qualificação financeira das empresas deverá ser conduzida pela Divisão Financeira, considerando-se a necessidade de assegurar maior transparência, precisão e segurança no exame da capacidade econômica dos licitantes. Dotada de expertise técnica e acesso a instrumentos específicos de avaliação, a referida Divisão encontra-se devidamente habilitada para verificar a aptidão financeira das contratadas, garantindo que estas detenham condições efetivas para o cumprimento das obrigações pactuadas.

Ademais, a centralização dessa etapa na Divisão Financeira possibilita a padronização dos critérios adotados, em conformidade com as diretrizes vigentes e com as normas internas da Administração. Tal medida contribui para a mitigação de riscos financeiros e operacionais, resguardando o interesse público e promovendo a eficiência na execução contratual. Nesse contexto, a atribuição dessa responsabilidade à Divisão Financeira revela-se adequada e imprescindível à consecução dos objetivos institucionais da contratação.

A subcontratação do objeto contratual não será permitida, garantindo que a empresa contratada execute integralmente os serviços. Essa restrição visa assegurar a qualidade, responsabilidade e eficiência na execução contratual, evitando a fragmentação da responsabilidade e eventuais dificuldades na fiscalização.

Ademais, a vedação à subcontratação se justifica pela natureza da contratação, que não envolve alta complexidade ou vultoso valor econômico, sendo plenamente exequível por empresas especializadas do setor.

Os serviços poderão ser prestados:

- 1) No Centro de Manutenção do DAE, em horário pré-agendado ou;
- 2) Na oficina da contratada.

Especificamente para o primeiro caso, alguns serviços em veículos e máquinas não precisam ser levados até a oficina da empresa contratada porque podem ser realizados in loco, ou seja, diretamente no local onde o equipamento está. Isso ocorre especialmente com intervenções de menor complexidade, como manutenção de ar condicionado, ajustes no sistema de molejo ou embuchamento inicial, que não exigem estrutura fixa ou equipamentos pesados.

Realizar esses serviços na oficina do Centro de Manutenção evita custos e perdas de tempo com deslocamento, reduz o tempo de indisponibilidade do veículo ou máquina e permite uma solução mais ágil, sem prejudicar a qualidade técnica. Além disso, muitas empresas contam com equipes móveis e ferramentas portáteis capazes de executar diagnósticos e reparos no próprio local de uso do equipamento, aumentando a eficiência e reduzindo impactos na operação.

Essa prática não é incomum ou excepcional para as empresas do setor. Muitas delas já possuem equipe técnica móvel e equipamentos adequados para atuar diretamente no campo, oferecendo soluções rápidas e eficientes sem a necessidade de remoção.

Ao permitir a execução in loco, amplia-se o número de fornecedores aptos a participar da licitação, incluindo pequenas e médias empresas com estrutura enxuta, mas qualificada tecnicamente. Isso fortalece a concorrência, incentivando propostas mais vantajosas em preço e prazo.

Para o DAE, essa abordagem traz ganhos econômicos e operacionais: redução de custos devido à maior disputa entre fornecedores, agilidade na execução dos serviços e menor tempo de indisponibilidade dos veículos e máquinas. Assim, garante-se maior eficiência na manutenção da frota e suporte contínuo às atividades essenciais ao município.

Por fim, vale ressaltar que será permitida a vistoria no Centro de Manutenção. Tem por objetivo possibilitar às empresas interessadas conhecerem previamente o local onde poderão atuar. O acesso deve ser agendado previamente junto à oficina mecânica do Departamento, em dias úteis, nos horários das 8h às 11h e das 13h às 16h, com acompanhamento de servidor público. O responsável técnico deverá apresentar documento de identidade e comprovação de vínculo com a empresa. Caso opte por não realizar a vistoria, o licitante deverá declarar formalmente ciência plena das condições do local. A ausência da visita não pode ser usada como justificativa para desconhecimento das instalações.

No caso dos serviços serem executados na oficina da CONTRATADA, a retirada e a devolução do(s) veículo(s)/máquina(s) serão de responsabilidade da empresa. Esses procedimentos deverão ocorrer no Centro de Manutenção do DAE, localizado na Av. José Henrique Ferraz, Quadra 20, S/N, Jardim Ouro Verde, Bauru/SP – CEP 17054-697, sempre em horário previamente agendado com o Diretor da Oficina Mecânica do DAE, por meio do telefone (14) 3106-1102, nos dias úteis e dentro do horário de expediente do Departamento.

Para o transporte, deverão ser utilizados veículos básicos representados por caminhão, caminhão-guinchô, reboque, com capacidade e motorização compatível com a máquina a ser transportada;

A empresa contratada deverá estar localizada a uma distância máxima de 100 (cem) quilômetros do Centro de Manutenção do DAE, situado na Avenida José Henrique Ferraz, Quadra 20, s/nº, Jardim Ouro Verde, CEP 17054-697, Bauru/SP. Essa distância será comprovada por meio do Google Maps®.

Quanto à exigência de localização, esta se faz necessária com o intuito de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para o Departamento, uma vez que, caso a distância entre a sede do Município e a Contratada seja significativa, a vantagem do "menor preço" poderá ser prejudicada devido ao aumento dos custos com o deslocamento da frota. Ademais, a distância estabelecida abrange aproximadamente 50 municípios, nos quais há um número adequado de oficinas, de modo que não se compromete, assim, o princípio da competitividade.<sup>1</sup>

Além do exposto, a seguir são apresentados outros fundamentos que reforçam a necessidade de estabelecer uma distância máxima.

- a) Redução de custos com fiscalização: A proximidade também reduz os custos com deslocamentos do Fiscal do contrato, responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços. Menor distância implica menor gasto com combustível e menor tempo dedicado a viagens.
- b) Concorrência adequada: Dentro do limite de distância estabelecido, foi possível obter mais de três orçamentos de mercado, garantindo condições favoráveis para a abertura da Licitação e a execução dos serviços solicitados. Essa pluralidade de opções reforça a transparência e a competitividade do processo licitatório.
- c) Agilidade na execução dos serviços: Quanto menor a distância entre o Centro de Manutenção e a sede da empresa contratada, mais rápida será a execução dos serviços. Isso minimiza os transtornos causados pela paralisação dos veículos envolvidos, garantindo maior disponibilidade e eficiência operacional.
- d) Cumprimento de prazos contratuais: A proximidade geográfica contribui para evitar descumprimentos de atas de registros de preços, especialmente em razão do prazo de entrega, bem como reduz a necessidade de dispensas de licitação em casos emergenciais. Isso fortalece o cumprimento das obrigações contratuais e a regularidade dos processos administrativos.

Em síntese, a limitação da distância máxima de 100 quilômetros foi estabelecida com base em análises criteriosas que consideram aspectos econômicos, logísticos e operacionais. Essa medida busca assegurar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo DAE, garantindo a continuidade das atividades essenciais e a satisfação da população atendida pela Autarquia.

**IV.** Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

Não há Ata de Registro de Preço, contrato ou material em estoque relacionado ao objeto a ser contratado. Ressalta-se que a aquisição de serviços de retífica de motores por registro de preços é a primeira licitação para tais serviços.

A determinação da quantidade de serviços tem como base o número existente de veículos que o DAE possui em seu patrimônio concomitantemente com as demandas da Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos. Isso incluiu o desgaste das peças, as recomendações do fabricante e as particularidades operacionais desses equipamentos.

É importante ressaltar que as estimativas levam em conta as demandas futuras e uma quantidade insuficiente pode gerar atrasos na reposição e aumentar o tempo de inatividade dos equipamentos. Posto isso, conclui-se que as quantidades estimadas são para atender as necessidades da Administração e os manter em pleno funcionamento por um período de 12(doze) meses, porém, é uma estimativa, servindo apenas como parâmetro

---

<sup>1</sup> [https://www.emsampa.com.br/rotas\\_dist100/bauru.htm](https://www.emsampa.com.br/rotas_dist100/bauru.htm)

**GRUPO Nº 01 – AMPLA DISPUTA – Itens 1 ao 18: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO - Retroescavadeiras e Pás carregadeiras**

It.	Descrição	Und. de Medida	Qtd.
1.	Substituição da bobina eletromagnética do compressor do ar-condicionado, componente responsável pelo acoplamento do conjunto à polia motriz. A intervenção garante acionamento correto e evita falhas no ciclo frigorífico. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
2.	Recarga do fluido refrigerante do sistema de climatização, restabelecendo pressão e capacidade térmica do ciclo. Evita sobrecarga do compressor e assegura eficiência de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
3.	Substituição completa do compressor de ar-condicionado, unidade responsável pela compressão e circulação do fluido refrigerante. Essencial para restabelecer o ciclo frigorífico em casos de travamento ou perda de eficiência. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
4.	Substituição do condensador, um permutador de calor responsável por dissipar o calor do fluido refrigerante. A nova peça garante a eficiência do ciclo de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
5.	Substituição do eletroventilador, que garante a circulação de ar através do condensador, otimizando a troca de calor e a pressão do sistema. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
6.	Substituição do evaporador, o permutador de calor interno que absorve o calor do ambiente. Essencial para o resfriamento adequado do ar. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
7.	Substituição da mangueira do ar-condicionado, garantindo a integridade e a vedação do sistema de refrigeração para evitar vazamentos do fluido. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
8.	Substituição da polia do compressor, assegurando a transmissão correta do movimento rotacional para o acionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
9.	Substituição do pressostato, um sensor de pressão que protege o sistema contra sobrepressão ou baixa pressão, controlando o funcionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
10.	Substituição do relé eletrônico, componente que gerencia o fluxo de energia para o compressor e outros componentes, garantindo a operação adequada. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
11.	Substituição da resistência do ar-condicionado, que controla a velocidade do ventilador interno para o fluxo de ar desejado. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
12.	Substituição do rolamento do compressor, essencial para o movimento suave do compressor e para evitar ruídos e desgastes prematuros. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12

It.	Descrição	Und. de Medida	Qtd.
13.	Substituição do selo do compressor, vedação vital para a retenção do fluido refrigerante e do óleo lubrificante. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
14.	Substituição do termostato e sensor, que monitoram a temperatura do evaporador e do ambiente, controlando a ativação do compressor para manter a temperatura. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
15.	Substituição da válvula de enchimento do ar-condicionado, componente que permite o serviço de recarga e manutenção do sistema de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
16.	Substituição da válvula de torre do ar-condicionado, parte do compressor que controla o fluxo do fluido refrigerante para dentro do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
17.	Serviço de higienização, limpeza e pequenos reparos. Procedimento de limpeza e desinfecção do sistema, remoção de fungos, bactérias e odores. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12
18.	Solda em cano de alumínio do sistema. Reparo de vazamentos em tubulações de alumínio do circuito de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12

**GRUPO Nº 02 – AMPLA DISPUTA – Itens 19 ao 36: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO - Viaturas Pesadas**

It.	Descrição	Und. de Medida	Qtd.
19.	Substituição da bobina eletromagnética do compressor do ar-condicionado, componente responsável pelo acoplamento do conjunto à polia motriz. A intervenção garante acionamento correto e evita falhas no ciclo frigorífico. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
20.	Recarga do fluido refrigerante do sistema de climatização, restabelecendo pressão e capacidade térmica do ciclo. Evita sobrecarga do compressor e assegura eficiência de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
21.	Substituição completa do compressor de ar-condicionado, unidade responsável pela compressão e circulação do fluido refrigerante. Essencial para restabelecer o ciclo frigorífico em casos de travamento ou perda de eficiência. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
22.	Substituição do condensador, um permutador de calor responsável por dissipar o calor do fluido refrigerante. A nova peça garante a eficiência do ciclo de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10

It.	Descrição	Und. de Medida.	Qtd.
23.	Substituição do eletroventilador, que garante a circulação de ar através do condensador, otimizando a troca de calor e a pressão do sistema. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
24.	Substituição do evaporador, o permutador de calor interno que absorve o calor do ambiente. Essencial para o resfriamento adequado do ar. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
25.	Substituição da mangueira do ar-condicionado, garantindo a integridade e a vedação do sistema de refrigeração para evitar vazamentos do fluido. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
26.	Substituição da polia do compressor, assegurando a transmissão correta do movimento rotacional para o acionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
27.	Substituição do pressostato, um sensor de pressão que protege o sistema contra sobrepressão ou baixa pressão, controlando o funcionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
28.	Substituição do relé eletrônico, componente que gerencia o fluxo de energia para o compressor e outros componentes, garantindo a operação adequada. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
29.	Substituição da resistência do ar-condicionado, que controla a velocidade do ventilador interno para o fluxo de ar desejado. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
30.	Substituição do rolamento do compressor, essencial para o movimento suave do compressor e para evitar ruídos e desgastes prematuros. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
31.	Substituição do selo do compressor, vedação vital para a retenção do fluido refrigerante e do óleo lubrificante. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
32.	Substituição do termostato e sensor, que monitoram a temperatura do evaporador e do ambiente, controlando a ativação do compressor para manter a temperatura. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
33.	Substituição da válvula de enchimento do ar-condicionado, componente que permite o serviço de recarga e manutenção do sistema de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
34.	Substituição da válvula de torre do ar-condicionado, parte do compressor que controla o fluxo do fluido refrigerante para dentro do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10

It.	Descrição	Und. de Medida.	Qtd.
35.	Serviço de higienização, limpeza e pequenos reparos. Procedimento de limpeza e desinfecção do sistema, remoção de fungos, bactérias e odores. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10
36.	Solda em cano de alumínio do sistema. Reparo de vazamentos em tubulações de alumínio do circuito de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10

**GRUPO Nº 03 – AMPLA DISPUTA – Itens 37 ao 54: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO - Viaturas Leves**

It.	Descrição	Und. de Medida.	Qtd.
37.	Substituição da bobina eletromagnética do compressor do ar-condicionado, componente responsável pelo acoplamento do conjunto à polia motriz. A intervenção garante acionamento correto e evita falhas no ciclo frigorífico. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
38.	Recarga do fluido refrigerante do sistema de climatização, restabelecendo pressão e capacidade térmica do ciclo. Evita sobrecarga do compressor e assegura eficiência de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
39.	Substituição completa do compressor de ar-condicionado, unidade responsável pela compressão e circulação do fluido refrigerante. Essencial para restabelecer o ciclo frigorífico em casos de travamento ou perda de eficiência. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
40.	Substituição do condensador, um permutador de calor responsável por dissipar o calor do fluido refrigerante. A nova peça garante a eficiência do ciclo de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
41.	Substituição do eletroventilador, que garante a circulação de ar através do condensador, otimizando a troca de calor e a pressão do sistema. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
42.	Substituição do evaporador, o permutador de calor interno que absorve o calor do ambiente. Essencial para o resfriamento adequado do ar. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
43.	Substituição da mangueira do ar-condicionado, garantindo a integridade e a vedação do sistema de refrigeração para evitar vazamentos do fluido. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
44.	Substituição da polia do compressor, assegurando a transmissão correta do movimento rotacional para o acionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
45.	Substituição do pressostato, um sensor de pressão que protege o sistema contra sobrepressão ou baixa pressão, controlando o funcionamento do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15

It.	Descrição	Und. de Medida.	Qtd.
46.	Substituição do relé eletrônico, componente que gerencia o fluxo de energia para o compressor e outros componentes, garantindo a operação adequada. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
47.	Substituição da resistência do ar-condicionado, que controla a velocidade do ventilador interno para o fluxo de ar desejado. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
48.	Substituição do rolamento do compressor, essencial para o movimento suave do compressor e para evitar ruídos e desgastes prematuros. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
49.	Substituição do selo do compressor, vedação vital para a retenção do fluido refrigerante e do óleo lubrificante. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
50.	Substituição do termostato e sensor, que monitoram a temperatura do evaporador e do ambiente, controlando a ativação do compressor para manter a temperatura. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
51.	Substituição da válvula de enchimento do ar-condicionado, componente que permite o serviço de recarga e manutenção do sistema de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
52.	Substituição da válvula de torre do ar-condicionado, parte do compressor que controla o fluxo do fluido refrigerante para dentro do compressor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
53.	Serviço de higienização, limpeza e pequenos reparos. Procedimento de limpeza e desinfecção do sistema, remoção de fungos, bactérias e odores. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15
54.	Solda em cano de alumínio do sistema. Reparo de vazamentos em tubulações de alumínio do circuito de refrigeração. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15

**GRUPO Nº 04 – AMPLA DISPUTA – Itens 55 ao 68: SERVIÇOS DE MOLEJO – VIATURAS PESADAS**

Item	Descrição	Und. de Medida.	Quant.
55.	Desmontagem, substituição e montagem de molas em caminhão 3/4, assegurando dirigibilidade, redução de vibrações e manutenção da capacidade estrutural do chassi. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	14
56.	Desmontagem, substituição e montagem de molas em caminhonete, para garantir a capacidade de carga e dirigibilidade, reduzindo vibrações e mantendo a estabilidade. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	10

Item	Descrição	Und. de Medida.	Quant.
57.	Serviço de alinhamento de eixo da tração e truck de caminhão. Procedimento de ajuste da geometria dos eixos, essencial para a dirigibilidade, estabilidade e desgaste uniforme dos pneus. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	06
58.	Serviço de arqueamento de molejo de caminhão, para restaurar a curvatura original das molas, recuperando a altura do veículo e a capacidade de carga. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	08
59.	Serviço de embuchamento de manga de eixo de caminhão. Procedimento de usinagem e substituição das buchas desgastadas, eliminando folgas e melhorando a dirigibilidade. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	12
60.	Serviço de embuchamento de molejo de caminhão, para substituir as buchas desgastadas nas articulações, eliminando folgas e ruídos. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	10
61.	Serviço de embuchamento do suporte de molas de caminhão. Procedimento de substituição das buchas que conectam o feixe de molas ao chassi, eliminando folgas e garantindo a fixação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	20
62.	Serviço de troca da travessa do chassi de caminhão. Procedimento de substituição de uma das travessas estruturais que compõem o chassi, restaurando a rigidez e a capacidade estrutural do veículo. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	14
63.	Serviço de troca de balança de caminhão. Substituição do componente da suspensão que controla o movimento vertical do eixo. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	08
64.	Serviço de troca de buchas de molas de caminhão. Substituição de buchas de borracha ou poliuretano para evitar atrito entre as molas e o chassi. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	02
65.	Serviço de troca de jumelos de caminhão. Substituição dos suportes articulados que conectam o feixe de molas ao chassi, permitindo o movimento vertical das molas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	14
66.	Serviço troca de tirante de caminhão. Substituição de tirantes da suspensão que mantêm a geometria do eixo da suspensão. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	08
67.	Serviço troca do "V" da suspensão de caminhão. Substituição do tirante em formato de "V" da suspensão. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001	Serviço	05
68.	Desmontagem, substituição e montagem de molas em caminhão 3/4, assegurando dirigibilidade, redução de vibrações e manutenção da capacidade estrutural do chassi. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 e ABNT NBR 15988:2011	Serviço	02

**GRUPO Nº 05 – AMPLA DISPUTA –Itens 69 ao 80: SERVIÇOS DE EMBUCHAMENTO – Máquinas Retroescavadeira**

Item	Descrição	Und. de Medida.	Quant.
69.	Recuperação do olhal da caçamba dianteira por meio de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento, restaurando o ajuste dimensional e eliminando folgas excessivas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
70.	Recuperação do olhal da caçamba traseira com processos de usinagem de precisão (mandrilhamento e encamisamento), garantindo maior vida útil dos pinos e articulações. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
71.	Recuperação do olhal do “H” armação, utilizando processos de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar a geometria e a funcionalidade da articulação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
72.	Recuperação do chassi (todos os olhais), incluindo desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar a integridade estrutural e a funcionalidade de todas as articulações. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
73.	Recuperação do pivô, por meio de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento, para restaurar a articulação principal da direção e evitar folgas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
74.	Recuperação do olhal da lança do levante, incluindo desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar a articulação do braço da máquina. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
75.	Recuperação da lança do levante, incluindo a desmontagem e o mandrilhamento de todos os olhais, seguido de encamisamento e montagem para restaurar a funcionalidade completa da lança. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
76.	Recuperação do olhal do cilindro, com processos de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar a articulação do cilindro e eliminar folgas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
77.	Recuperação do olhal do cilindro do giro, utilizando processos de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento, restaurando a funcionalidade do sistema de giro da máquina. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
78.	Recuperação dos olhais do cilindro de profundidade, incluindo desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar o movimento do braço de profundidade. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10
79.	Recuperação do olhal do cilindro da caçamba dianteira, com processos de desmontagem, mandrilhamento e encamisamento, para restaurar a articulação da caçamba frontal. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10

Item	Descrição	Und. de Medida.	Quant.
80.	Recuperação dos olhais dos estabilizadores, lado direito e esquerdo, incluindo desmontagem, mandrilhamento e encamisamento para restaurar a estabilidade da máquina durante a operação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 14780:2001 (aplicada a elementos de suspensão e articulações)	Serviço	10

**GRUPO Nº 06 – AMPLA DISPUTA – Itens 81 ao 90: SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR - Motores Diesel 4 Cilindros**

Item	Especificação	Und. de Medida.	Quant.
81.	Retífica completa do bloco de motor diesel 4 cilindros, incluindo encamisamento, brunimento, aplainamento e usinagem de mancais. Restabelece compressão ideal e prolonga a vida útil do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
82.	Retífica completa de virabrequim, incluindo polimento e enchimento de encosto, para restaurar a geometria e o acabamento das superfícies, garantindo o bom funcionamento dos mancais. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
83.	Retífica completa de conjunto de bielas, incluindo embuchamento, mandrilamento e montagem nos pistões, para restaurar o alinhamento e a folga da articulação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
84.	Retífica completa de cabeçote, incluindo desmontagem, teste de vedação, aplainamento, substituição de vedadores, guias e sede de válvulas, assentamento e enchimento de solda. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
85.	Brunimento de jogo de camisas, para criar um padrão de rugosidade ideal nas paredes dos cilindros, otimizando a retenção de óleo e a vedação dos anéis do pistão. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
86.	Retífica e polimento de comando de válvulas, para restaurar o perfil dos comes e a superfície de contato, garantindo o sincronismo e a abertura correta das válvulas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
87.	Faceamento de volante de motor, para garantir uma superfície plana e uniforme para o acoplamento da embreagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
88.	Teste de vedação de cabeçote, para verificar a ausência de vazamentos e a integridade do cabeçote antes da montagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
89.	Plainamento de cabeçote, para garantir uma superfície perfeitamente plana e a vedação ideal entre o cabeçote e o bloco do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10
90.	Desmontagem e montagem de motor parcial, para intervenções que não requerem a retífica completa, como troca de componentes específicos. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 15831:2010	Serviço	10

**GRUPO Nº 07 – AMPLA DISPUTA – Itens 91 ao 99: SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR Motores Diesel 6 cilindros**

Item	Especificação	Und. de Medida.	Quant.
91.	Retífica completa do bloco de motor diesel 6 cilindros, incluindo encamisamento, brunimento, aplainamento e usinagem de mancais. Restabelece compressão ideal e prolonga a vida útil do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
92.	Retífica completa de virabrequim, incluindo polimento e enchimento de encosto, para restaurar a geometria e o acabamento das superfícies, garantindo o bom funcionamento dos mancais. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
93.	Retífica completa de conjunto de bielas, incluindo embuchamento, mandrilamento e montagem nos pistões, para restaurar o alinhamento e a folga da articulação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
94.	Retífica completa de cabeçote, incluindo desmontagem, teste de vedação, aplainamento, substituição de vedadores, guias e sede de válvulas, assentamento e enchimento de solda. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
95.	Brunimento de jogo de camisas, para criar um padrão de rugosidade ideal nas paredes dos cilindros, otimizando a retenção de óleo e a vedação dos anéis do pistão. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
96.	Retífica e polimento de comando de válvulas, para restaurar o perfil dos cames e a superfície de contato, garantindo o sincronismo e a abertura correta das válvulas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
97.	Faceamento de volante de motor, para garantir uma superfície plana e uniforme para o acoplamento da embreagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
98.	Teste de vedação de cabeçote, para verificar a ausência de vazamentos e a integridade do cabeçote antes da montagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05
99.	Plainamento de cabeçote, para garantir uma superfície perfeitamente plana e a vedação ideal entre o cabeçote e o bloco do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05

**GRUPO Nº 08 – AMPLA DISPUTA – Itens 100 ao 108: SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR - Motores a etanol/gasolina 4 cilindros**

Item	Especificação	Und. de Medida.	Quant.
100.	Retífica completa de bloco de motor a ciclo Otto 4 cilindros, incluindo encamisamento, brunimento, aplainamento e usinagem de mancais. Restabelece compressão ideal e prolonga a vida útil do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
101.	Retífica completa de virabrequim, incluindo polimento e enchimento de encosto, para restaurar a geometria e o acabamento das superfícies, garantindo o bom funcionamento dos mancais. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
102.	Retífica completa de conjunto de bielas, incluindo embuchamento, mandrilamento e montagem nos pistões, para restaurar o alinhamento e a folga da articulação. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02

Item	Especificação	Und. de Medida.	Quant.
103.	Retífica completa de cabeçote, incluindo desmontagem, teste de vedação, aplainamento, substituição de vedadores, guias e sede de válvulas, assentamento, enchimento de solda, ajuste de alojamento do comando, regulagem de válvulas e montagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
104.	Brunimento de jogo de camisas, para criar um padrão de rugosidade ideal nas paredes dos cilindros, otimizando a retenção de óleo e a vedação dos anéis do pistão. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
105.	Retífica e polimento de comando de válvulas, para restaurar o perfil dos came e a superfície de contato, garantindo o sincronismo e a abertura correta das válvulas. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
106.	Teste de vedação e trinca de cabeçote, para verificar a ausência de vazamentos e a integridade do cabeçote antes da montagem. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
107.	Plainamento de cabeçote, para garantir uma superfície perfeitamente plana e a vedação ideal entre o cabeçote e o bloco do motor. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02
108.	Teste de trinca de cabeçote, para detecção de fissuras internas que comprometem a integridade do componente. - Normas Aplicáveis ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02

A relação da frota consta disponibilizada no final deste apêndice – “RELAÇÃO DE VEÍCULOS”

**V.** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

A execução de serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado, retífica de motores, embuchamento de máquinas e molejo de caminhões demanda equipamentos específicos que o DAE não possui. A aquisição desses equipamentos implicaria em alto investimento. Considerando a esporadicidade dessas demandas, a compra dos equipamentos não se justifica economicamente, tornando a contratação de serviços especializados a alternativa mais viável e eficiente.

Diante das características específicas do objeto a ser contratado, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços discriminados. O objeto da contratação é um serviço comum, sem dedicação exclusiva de mão de obra, cujos padrões de desempenho e qualidade estão claramente definidos, utilizando especificações usuais de mercado. Além disso, não será necessária a realização de audiência pública para esta contratação, uma vez que se trata de uma transação de natureza comercial simples e habitual.

Ao optar pela contratação de uma empresa para a execução dos serviços, surge a necessidade de escolher entre duas modalidades contratuais: uma que inclua o fornecimento de peças pelo prestador de serviços e outra que não o inclua. Após análise comparativa, foram identificadas vantagens e desvantagens específicas em cada opção.

Na execução de serviços sem fornecimento de peças, o prestador realiza a manutenção ou reparo, enquanto o DAE adquire as peças por meio de processo licitatório. Essa modalidade apresenta vantagens como maior competição, já que a separação dos serviços da aquisição de peças permite uma concorrência

mais ampla entre os prestadores, incentivando melhores preços e prazos. Além disso, o DAE tem maior controle sobre a qualidade das peças, podendo especificar suas características técnicas. A aquisição centralizada de peças pelo DAE também pode gerar economia de escala, reduzindo custos unitários, e o processo licitatório garante maior transparência, evitando possíveis favorecimentos a determinados fornecedores. No entanto, essa modalidade exige um planejamento cuidadoso para garantir a sincronização entre a entrega das peças e a execução dos serviços.

Já na execução de serviços com fornecimento de peças, o prestador é responsável tanto pela execução dos serviços quanto pelo fornecimento das peças. Essa modalidade oferece a vantagem da responsabilidade única, em que o prestador assume a integralidade do processo. Por outro lado, apresenta desvantagens como menor competição, já que os prestadores podem incluir o custo das peças no preço final do serviço, reduzindo a concorrência. O DAE também tem menor controle sobre a qualidade e o preço das peças, e há o risco de sobrepreço, com o prestador incluindo margens de lucro excessivas no preço das peças.

Considerando os aspectos analisados, a execução de serviços sem fornecimento de peças apresenta um conjunto de vantagens que a torna a opção mais adequada para a maioria dos casos. A separação dos serviços da aquisição de peças estimula a competição entre os prestadores, resultando em melhores preços e condições para o DAE. Além disso, o DAE pode garantir a aquisição de peças que atendam aos seus requisitos técnicos e de qualidade, assegurando maior controle sobre o processo. O processo licitatório também garante maior transparência e evita possíveis irregularidades, além de permitir a obtenção de melhores preços através da economia de escala. Outro benefício é o incentivo à inovação, pois, ao separar a aquisição de peças dos serviços, o DAE pode estimular os prestadores a buscar novas tecnologias e se diferenciar pela qualidade dos serviços prestados.

Em suma, a execução de serviços sem fornecimento de peças pelo prestador se apresenta como a alternativa mais vantajosa para o DAE, pois permite maior controle sobre os custos, a qualidade das peças e a transparência do processo licitatório.

**VI.** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

A pesquisa de preço foi realizada conforme as diretrizes do Decreto Municipal nº 16.598 de 24 de fevereiro de 2023, utilizando composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente. A coleta de orçamentos foi conduzida por meio de solicitação formal de cotação de preços junto aos fornecedores, garantindo que atendessem às características e exigências do departamento.

Foi anexo 3 orçamentos de empresas do ramo. A seleção dos fornecedores foi baseada em sua especialização no ramo de comércio do objeto do processo, assegurando a capacidade de fornecer produtos que atendam às necessidades técnicas e de qualidade estipuladas pelo departamento.

As empresas Fica Frio, Ar Condicionado p/ Tratores, Máquinas e Caminhões Ltda. EPP, SE Batista Comércio e Serviços e Bauru Business Eireli - EPP foram escolhidas por serem estabelecimentos localizados dentro do raio estabelecido e com atuação no segmento dos serviços.

Estão regularmente constituídas, possuem experiência no atendimento e apresentam condições técnicas e logísticas adequadas para atender de forma contínua à demanda do Departamento de Água e Esgoto.

Não foi possível realizar a pesquisa de preço público em sites de compras e oriundos de aquisições de outros órgãos, que atenda a todos os itens solicitados nas mesmas características e exigências pretendidas pelo departamento. A cotação depende de fatores específicos, como tipo de serviço, modelo e ano de fabricação do equipamento não sendo possível encontrar uma pesquisa de preço que corresponda com as características dos serviços a serem adquiridos.

**VII.** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução proposta atende integralmente às exigências legais e aos critérios de custo-benefício, considerando as especificidades do objeto licitado. A manutenção da frota exige mão de obra qualificada e ferramentas especializadas, assegurando a execução eficiente dos serviços contratados.

A contratação será realizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, com vigência de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação no **PNCP**, conforme a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto nº 16.668/2023**. Para garantir a execução adequada dos serviços, **não serão aceitas propostas inferiores ao quantitativo máximo estabelecido no edital**, evitando riscos de desabastecimento ou insuficiência de serviços essenciais.

Os serviços serão prestados conforme demanda da **Oficina do Departamento de Água e Esgoto (DAE)**, mediante autorização formal do **Diretor do Serviço de Manutenção de Viaturas, Máquinas e Equipamentos**, com agendamento prévio por telefone ou e-mail.

A vistoria do veículo/máquina é obrigatória e não se confunde com a vistoria das instalações da oficina. A primeira tem como finalidade identificar as peças e serviços necessários para a realização dos reparos, enquanto a segunda é facultativa e visa permitir que os licitantes conheçam o local disponibilizado pela Administração para a possível execução dos serviços.

Após a emissão da **Ordem de Serviço**, a empresa terá **24 horas** para vistoriar o veículo/máquina em local urbano indicado pelo Departamento e apresentar um relatório técnico detalhado, incluindo eventuais necessidades de substituição de peças originais. As peças serão fornecidas pelo **DAE**, sendo obrigatória a devolução das substituídas.

A definição de que a vistoria do veículo ou máquina ocorrerá no prazo máximo de 24 horas após a emissão da Ordem de Serviço, em local definido dentro do perímetro urbano e indicado pelo Departamento, fundamenta-se em razões técnicas, operacionais e econômicas, especialmente quando se trata de máquinas pesadas e veículos especiais utilizados em serviços essenciais, como os do DAE.

Ao considerar que os veículos leves e pesados, assim como as máquinas (retroescavadeiras, pás carregadeiras), são meios essenciais para a execução de serviços públicos contínuos — como manutenção de redes de água e esgoto ou transporte de passageiros —, deslocá-los até as oficinas do Departamento acarreta custos adicionais desnecessários. Esses custos envolvem tempo de paralisação da máquina/veículo, consumo de combustível, desgaste mecânico decorrente do deslocamento e alocação de mão de obra exclusiva para o traslado.

No caso específico de serviços de menor complexidade, como a manutenção de sistemas de ar condicionado, a possibilidade de vistoria in loco permite uma avaliação imediata do problema, sem interrupção significativa da disponibilidade do veículo ou máquina. Esse tipo de serviço pode ser diagnosticado e executado com equipamentos portáteis e ferramentas específicas, dispensando o deslocamento e agilizando a solução.

Além disso, ao estabelecer um prazo máximo de 24 horas para a vistoria após a emissão da Ordem de Serviço, garante-se celeridade na tomada de decisão técnica, evitando retrabalhos, agravamento das falhas e impactos negativos nos cronogramas operacionais. A proximidade geográfica, limitada ao perímetro urbano, reforça a viabilidade logística dessa abordagem.

Portanto, a vistoria in loco demonstra-se uma prática técnica adequada, economicamente racional e alinhada aos princípios de eficiência e responsabilidade na gestão pública, especialmente quando se busca reduzir desperdícios de tempo e recursos em situações onde o deslocamento não é tecnicamente necessário.

Após aprovação do relatório pelo gestor e/ou recebimento das peças, a EMPRESA se obriga a realizar os serviços nos veículos/máquinas do DAE, no prazo máximo de: Ar-condicionado e molejo: 2 dias corridos e Embuchamento e retífica: 5 dias corridos.

A variação nos prazos estabelecidos para a conclusão dos serviços decorre das particularidades técnicas e operacionais de cada tipo de manutenção, bem como do grau de complexidade envolvido em cada intervenção. Esses prazos foram definidos com base no cálculo da mediana entre os períodos estimados pelas empresas que apresentaram propostas orçamentárias, assegurando assim um parâmetro realista e alinhado à média de mercado.

Em relação à garantia, a empresa contratada deverá fornecer garantia e assistência técnica nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), aplicáveis aos serviços de manutenção em ar condicionado, molejo e embuchamento.

Para serviços de retífica de motor, o prazo mínimo de garantia será de 10.000 km ou 6 meses, contados do recebimento definitivo pelo DAE. Durante este período, caberá à contratada realizar todos os ajustes necessários, além da primeira revisão aos 1.000 km, incluindo mão de obra, lubrificante e substituição de filtros. Esta revisão ocorrerá no Centro de Manutenção do DAE, com acompanhamento de servidor designado.

Os prazos de garantia estabelecidos refletem uma combinação de critérios técnicos, práticas do mercado automotivo e requisitos legais. O período de 10.000 km ou 6 meses foi definido com base nas práticas do setor, sendo suficiente para avaliar a qualidade e durabilidade dos serviços realizados em motores após uma retífica. Esse limite dual (quilometragem ou tempo) garante proteção equitativa para veículos com diferentes regimes de uso, seja baixo ou alto deslocamento, e está alinhado com práticas comuns no mercado automotivo.

A primeira revisão aos 1.000 km é essencial, pois os primeiros mil quilômetros são cruciais para detectar possíveis falhas ou imperfeições iniciais que possam comprometer o funcionamento adequado do motor recém-reparado. Além disso, substituir lubrificantes e filtros nesse momento é fundamental para proteger o motor restaurado, já que componentes novos exigem condições ideais de lubrificação e filtragem, evitando danos causados por partículas residuais da intervenção ou pela deterioração precoce de fluidos utilizados durante o processo de montagem.

Realizar essa revisão no Centro de Manutenção do DAE, com acompanhamento de servidor designado, assegura um controle rigoroso sobre a qualidade do serviço prestado, além de facilitar o monitoramento técnico por parte do órgão responsável. Essa prática também promove transparência e conformidade com os padrões técnicos e administrativos do DAE.

A diferença entre os prazos de garantia dos serviços decorre da natureza técnica, complexidade e impacto operacional de cada tipo de intervenção realizada nos veículos e máquinas do DAE.

Os serviços de molejo, embuchamento e manutenção de ar condicionado são intervenções que, embora essenciais para o adequado desempenho e conforto dos veículos, possuem um grau de padronização maior e envolvem componentes com ciclos de vida útil mais previsíveis. Nesses casos, a aplicação da garantia conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) — que estabelece prazo mínimo de 90 dias para vícios aparentes ou de fácil constatação em serviços — é compatível com a natureza dessas manutenções e suficiente para assegurar a qualidade e a responsabilidade técnica sobre o serviço executado.

Já no caso da retífica de motores, trata-se de uma intervenção altamente complexa e crítica, que envolve a restauração de peças fundamentais ao funcionamento do veículo, como virabrequim, pistões e blocos cilíndricos. A durabilidade e o desempenho dessa reparação dependem diretamente das condições de uso, carga operacional, estilo de condução e rotina de manutenção pós-serviço. Por isso, adotar um critério vinculado à quilometragem (10.000 km) ou ao tempo (6 meses) demonstra maior proporcionalidade e realismo técnico, pois considera tanto o desgaste efetivo do motor quanto o contexto operacional do veículo.

Essa distinção na garantia reflete compromisso com a qualidade do serviço, segurança veicular e responsabilidade técnica, alinhando-se às práticas do setor automotivo e de manutenção mecânica. Assim, enquanto os demais serviços seguem o marco legal geral do consumidor, a retífica de motores adota uma garantia específica, técnica e objetivamente ajustada à sua complexidade e impacto sobre a operação dos veículos.

Todos esses prazos e condições estão em consonância com o art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o serviço seja executado com padrões de qualidade, segurança e eficiência. A definição clara de responsabilidades durante o período de garantia protege tanto a administração quanto a contratada, evitando interpretações ambíguas ou conflitos futuros. Assim, os prazos e condições propostos são técnicos, adequados e fundamentados legalmente.

No que se refere às normas técnicas aplicáveis, destacam-se as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), específicas para a área de mecânica automotiva e veicular. Para a manutenção de sistemas de ar-condicionado em veículos automotores, aplica-se a ABNT NBR 15629:2008, que descreve os procedimentos e recomendações para a execução correta das atividades em sistemas de climatização de veículos rodoviários.

Quanto à manutenção das suspensões de veículos, a ABNT NBR 14780:2001 estabelece princípios gerais de inspeção, diagnóstico, reparação e substituição parcial ou total desses sistemas. Complementarmente, a ABNT NBR 15988:2011 define a terminologia, a especificação dos produtos e os métodos de ensaio aplicáveis à avaliação de lâminas avulsas para feixes de molas.

No que concerne à manutenção de motores de combustão interna em veículos automotores, aplicam-se duas normas relevantes. A ABNT NBR 13032:2008, versão corrigida em 2009, estabelece os princípios gerais para a execução de retífica completa de motores alternativos de combustão interna de diversas aplicações, incluindo rodoviária, agrícola, industrial, náutica, aeronáutica, estacionária e ferroviária, abrangendo também seus componentes individuais, conforme especificações do fabricante. Já a ABNT NBR 15831:2010 dispõe sobre os princípios gerais para remoção, reinstalação e funcionamento desses motores e de seus componentes agregados e periféricos, também considerando as especificações do fabricante em suas variadas aplicações

#### **VIII. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Quanto ao parcelamento dos itens que integram o objeto, o artigo 40, da Lei 14.133/2021, em seu § 3º, dispõe que parcelamento não será adotado quando:

- I - A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - O objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo. A estruturação do presente objeto em grupos, composto por itens de uma mesma natureza e que guardam correlação entre si, visa otimizar a gestão do processo de contratação. Agrupar os itens dessa forma permite uma abordagem mais eficiente, pois itens similares podem ser gerenciados de maneira mais coesa e integrada.

A divisão por grupos permite maior especialização na execução, facilita a fiscalização por similaridade técnica entre os itens e viabiliza a gestão contratual por categorias de serviço, mantendo a competitividade e a economicidade.

Portanto, diante do exposto conclui-se que o parcelamento do objeto não será adotado no caso em questão

O objeto desta contratação, será licitado de forma empreitada por preço global por conta da interdependência dos serviços, causando desta forma uma espécie de "unidade no todo". O desmembramento do objeto, nesse sentido, foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica. Caso fossem contratadas duas empresas, haveria uma significativa dificuldade em determinar a responsabilidade em caso de falhas na execução do serviço, podendo comprometer a adoção das providências cabíveis.

Ademais, impende ressaltar que ter uma única empresa responsável pelo objeto, torna o controle de fiscalização do objeto licitado muito mais eficaz por parte da contratante, melhora e facilita o acompanhamento de problemas e soluções, e sobretudo na verificação das obrigações e atribuições da contratada, reduzindo os riscos de falhas e insucesso.

**IX.** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A contratação de uma empresa especializada para manutenção de sistemas de ar condicionado, retífica de motores e embuchamento de máquinas e molejo tem como objetivos garantir a eficiência dos equipamentos, prolongar sua vida útil, prevenir falhas e otimizar o desempenho operacional. Essas ações reduzem custos, evitam substituições prematuras e contribuem para a segurança e produtividade.

A manutenção de sistemas de ar condicionado assegura o conforto térmico dos operadores, aumentando a produtividade e prevenindo acidentes causados por superaquecimento. Além disso, reduz custos com reparos emergenciais e prolonga a vida útil dos sistemas.

A retífica de motores restaura o desempenho dos equipamentos, reduzindo gastos com reparos de grande porte ou substituições. Motores retificados operam com maior eficiência energética, diminuindo o consumo de energia. O embuchamento de máquinas e molejo garante a estabilidade de equipamentos pesados, prevenindo falhas estruturais, paradas não programadas e assegurando a continuidade das operações.

Além dos benefícios diretos, a contratação desses serviços impacta indiretamente na produtividade, ao evitar atrasos operacionais, e no bem-estar dos operadores, com ambientes climatizados adequadamente. A manutenção preventiva reduz custos a longo prazo, evitando gastos emergenciais e aumentando a durabilidade dos ativos.

A segurança e conformidade são reforçadas, reduzindo riscos de acidentes e garantindo o cumprimento de normas técnicas e legais. A sustentabilidade também é favorecida, pois a manutenção adequada reduz desperdícios e o descarte prematuro de equipamentos.

Por fim, a melhoria da imagem institucional fortalece a credibilidade da organização, demonstrando compromisso com a eficiência operacional e o bem-estar dos colaboradores.

Em resumo, a contratação desses serviços assegura eficiência, redução de custos e segurança, além de impactos positivos na produtividade, sustentabilidade e imagem institucional, contribuindo para a otimização dos recursos e o alcance dos objetivos estratégicos.

**X.** Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

A gestão e fiscalização dos serviços será conduzida pela Divisão de Apoio Operacional. As ações relacionadas à gestão e fiscalização da ATA seguirão as normativas estabelecidas no DECRETO Nº 16.666, DE 27 DE MARÇO DE 2023, na medida do aplicável.

Não são necessárias alterações no ambiente do órgão para garantir que a contratação/aquisição atenda às necessidades do departamento. Para a execução do objeto em questão, faz-se necessária a alocação de um assistente administrativo adicional. Suas atribuições incluirão a consulta aos sistemas Audatex e TrazValor para identificação dos códigos e valores das peças, bem como a realização de Solicitações Manuais, procedimento essencial para o cadastro de peças não registradas no sistema.

Número de Parcelas para lançamento no sistema SMAR: Considerando as características da contratação, classificada como de Demanda Incerta ou Imprevisível, optou-se por indicar, para fins de lançamento no sistema Smar, um total de 6 (seis) parcelas.

**XI.** Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Verifica-se que os Processos Administrativos nº 7226/2024 – Registro de Preços para a eventual aquisição de peças e acessórios novos, conforme a NBR 15.296/2005, item 2.5, destinados a máquinas pesadas – e nº 3392/2024 – Registro de Preços para a eventual aquisição de peças e acessórios novos, conforme a mesma norma técnica, para veículos leves e pesados – apresentam interdependência com a viabilidade e execução desta demanda.

Os referidos processos são considerados interdependentes em razão da natureza dos itens a serem substituídos, cujo fornecimento será de responsabilidade do Departamento de Apoio e Execução (DAE). A modalidade de contratação exclusiva dos serviços, com o fornecimento das peças pela contratante, constitui prática consolidada neste tipo de operação e não acarreta prejuízos ao órgão, uma vez que garante a padronização e qualidade dos materiais utilizados, além de otimizar os recursos logísticos e financeiros disponíveis.

**XII.** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

Ao término de sua vida útil, os materiais objeto desta contratação serão destinados à reciclagem de forma adequada, em conformidade com suas respectivas características técnicas e normativas ambientais, conforme disposto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bauru.<sup>2</sup>

A empresa contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação vigente devendo os profissionais contratados adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- Utilizar os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Realizar a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936/2022; Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

**XIII.** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

A contratação objeto do presente instrumento demonstra viabilidade técnica e econômica, na medida em que a solução proposta atende integralmente às necessidades operacionais da Autarquia, alinhando-se às melhores práticas de mercado. As condições e especificações técnicas estabelecidas no procedimento licitatório foram criteriosamente elaboradas de forma a preservar a competitividade entre os potenciais fornecedores, sem impor restrições que possam configurar obstáculos à participação de empresas qualificadas.

Certificamos o atendimento dos requisitos estabelecidos no Art. 4º do Decreto Municipal nº 13431/2017.

---

<sup>2</sup> <https://www2.bauru.sp.gov.br/semma/ecoponto.aspx>

## RELAÇÃO DE VEÍCULOS

A relação de veículos consignado neste Termo é simplesmente referencial e indicativa do estado atual da frota do veículo do DAE, podendo incorporar ao presente, os veículos que porventura venham a ser adquiridos pelo Departamento após a realização da presente contratação e durante a vigência da Ata de Registro de Preço. Essa relação encontra-se devidamente organizada e com ela é suficiente para identificar corretamente as peças necessárias aos reparos a serem realizados.

VEÍCULOS DA LINHA PESADA						
Item	Viatura	Marca	Modelo	Ano	Comb	Chassi
1.	00V133	FORD	CARGO 2428 E	2009	Diesel	9BFYCEJX09BB39011
2.	00V167	FORD	CARGO 816 S	2012/2013	Diesel	9BFVEADS1DBS18408
3.	00V168	FORD	CARGO 816 S	2012/2013	Diesel	9BFVEADS6DBS18419
4.	00V216	FORD	CARGO 1719	2013/2014	Diesel	9BFYEAGBXDBS1948
5.	00V217	FORD	CARGO 2429E	2013/2014	Diesel	9BFYEALE1DBS52325
6.	00V218	FORD	CARGO 2429E	2013/2014	Diesel	9BFYEALE1DBS55440
7.	00V222	FORD	CARGO 2429E	2014/2015	Diesel	9BFYEALE5FBS74251
8.	00V223	FORD	CARGO 2429E	2014/2015	Diesel	9BFYEALE8FBS74258
9.	00V227	FORD	CARGO 1723EL	2014/2015	Diesel	9BFYEAHD0FBS79499
10.	00V228	FORD	CARGO 2429EV	2014/2015	Diesel	9BFYEALE0EBS70767
11.	00V229	FORD	CARGO 2429EV	2014/2015	Diesel	9BFYEALE4EBS65457
12.	00V232	FORD	CARGO C816	2015/2015	Diesel	9BFVEADS6FBS81927
13.	00V233	FORD	CARGO C816	2015/2015	Diesel	9BFVEADS3FBS81691
14.	00V234	FORD	CARGO C816	2015/2015	Diesel	9BFVEADS8FBS81928
15.	00V236	FORD	CARGO 1723EL	2014/2015	Diesel	9BFYEAHD5FBS80180
16.	00V239	FORD	CARGO 2629 6X4	2015/2015	Diesel	9BFZEANE2FBS88660
17.	00V243	FORD	CARGO 1119	2018/2019	Diesel	
18.	00V244	FORD	CARGO 1119	2018/2019	Diesel	
19.	00V131	VW	24250	2008 / 2008	Diesel	9BWXN82418R838260
20.	00V191	VW	8.160 DELIVERY	2012 / 2013	Diesel	9531M52PXDR301887
21.	00V225	VW	VW 26280 CRM 6X4	2014 / 2015	Diesel	953658269FR509113
22.	00V226	VW	VW 26280 CRM 6X4	2014 / 2015	Diesel	953658269FR509516
23.	00V240	VW	17230	2016	Diesel	9536G8245HR703942
24.	00V125	IVECO	Eurocargo 170E21N1	2005/2005	Diesel	93ZA1NFH058701288
25.	00V126	IVECO	Eurocargo 170E21N1	2005/2005	Diesel	93ZA1NFH058701190
26.	00V130	IVECO	Tector	2007/2007	Diesel	93ZA1NFH078705517
27.	00V158	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921351
28.	00V159	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921357
29.	00V160	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921358
30.	00V161	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921359

VEÍCULOS DA LINHA PESADA						
Item	Viatura	Marca	Modelo	Ano	Comb	Chassi
31.	00V162	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921360
32.	00V163	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921370
33.	00V164	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921371
34.	00V165	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921372
35.	00V166	IVECO	Tector 170E22	2012/2013	Diesel	93ZA1RGH0D8921373
36.	00V224	IVECO	Tector 170E28	2014/2014	Diesel	93ZA1RMH0E8927679
37.	00V129	AGRALE	8500 TCA	2007/2007	Diesel	9BYC27Y2S7C001337
38.	00V144	AGRALE	6000 D	2010/2011	Diesel	9BYC2462VBC001082
39.	00V247	Mercedes Benz	Atego 1726	2022	Diesel	9BM958150NB259348
40.	00V248	Mercedes Benz	Atego 1726	2022	Diesel	9BM958150NB259408
41.	00V249	Mercedes Benz	Accelo 815/46	2022	Diesel	9BM951102NB269277

VEÍCULOS DA LINHA LEVE						
Item	Viatura	Marca	Modelo	Ano	Comb	Chassi
42.	00V121	FORD	COURIER	2003/2004	GASOL.	9BFNSZPPA4B954581
43.	00V140	FORD	COURIER	2010/11	FLEX	9BFZC52P4BB897990
44.	00V147	FORD	COURIER	2011/12	FLEX	9BFZC52P1CB912186
45.	00V149	FORD	COURIER	2011/12	FLEX	9BFZC52P0CB912955
46.	00V154	FORD	COURIER	2011/12	FLEX	9BFZC52P1CB912964
47.	00V169	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P2CB920362
48.	00V172	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P3CB920371
49.	00V173	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P4CB920380
50.	00V174	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P9CB920391
51.	00V175	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P3CB920872
52.	00V177	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P7CB920888
53.	00V178	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P6CB920896
54.	00V179	FORD	COURIER	2012/13	FLEX	9BFZC52P1CB920899
55.	00V231	FORD	RANGER	14/15	S10	8AFAR23 NXFJ288750
56.	00V194	VW	GOL CITY	2013/14	FLEX	9BWAA45U1ET123449
57.	00V195	VW	GOL CITY	2013/14	FLEX	9BWAA45U0ET123524
58.	00V141	VW	KOMBI	10//11	FLEX	9BWMF07Z2BP001444
59.	00V142	VW	KOMBI	10//11	FLEX	9BWMF07X6BP001429
60.	00V143	VW	KOMBI	10//11	FLEX	9BWMF07X6BP000796
61.	00V181	VW	KOMBI	2012/13	FLEX	9BWMF07X3DP009345
62.	00V182	VW	KOMBI	2012/13	FLEX	9BWMF07XXDP009360
63.	00V183	VW	KOMBI	2012/13	FLEX	9BWMF07X3DP009362
64.	00V184	VW	KOMBI	2012/13	FLEX	9BWMF07X5DP009363
65.	00V185	VW	KOMBI	2012/13	FLEX	9BWMF07X5DP009377

<b>VEÍCULOS DA LINHA LEVE</b>						
<b>Item</b>	<b>Viatura</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Ano</b>	<b>Comb</b>	<b>Chassi</b>
66.	00V196	VW	KOMBI	2013/14	FLEX	9BWMF07X0EP011619
67.	00V197	VW	KOMBI	2013/14	FLEX	9BWMF07X7EP013061
68.	00V198	VW	KOMBI	2013/14	FLEX	9BWMF07X9EP013076
69.	00V199	VW	KOMBI	2013/14	FLEX	9BWMF07X0EP013077
70.	00V200	VW	KOMBI	2013/14	FLEX	9BWMF07XXEP014642
71.	00V201	CHEVROLET	MONTANA	2013/14	FLEX	9BGCA80X0EB173630
72.	00V204	CHEVROLET	MONTANA	2013/14	FLEX	9BGCA80X0EB177437
73.	00V205	CHEVROLET	MONTANA	2013/14	FLEX	9BGCA80X0EB178105
74.	00V208	CHEVROLET	MONTANA	2013/14	FLEX	9BGCA80X0EB179016
75.	00V209	CHEVROLET	MONTANA	2013/14	FLEX	9BGCA80X0EB179047
76.	00V117	GM	S10	03//03	GASOL.	9BG138AX03C420696
77.	00V119	GM	S10	03//03	GASOL.	9BG124AX03C420806
78.	00V220	RENAULT	SANDERO	2014	FLEX	93Y5SRD04FJ517007
79.	00V237	RENAULT	KANGOO	2015	FLEX	8A1FC1605GL738321
80.	00V241	RENAULT	KANGOO	2018	FLEX	8A1FC2715JL056509
81.	00V128	FIAT	UNO MILLE	2007/2008	FLEX	9BD15822784970208
82.	00V263	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY43507
83.	00V264	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY43003
84.	00V265	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42968
85.	00V266	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42906
86.	00V267	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY43490
87.	00V268	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY43537
88.	00V269	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42948
89.	00V270	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42859
90.	00V271	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY21304
91.	00V272	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42902
92.	00V273	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY40554
93.	00V274	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY40603
94.	00V275	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY40666
95.	00V276	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY42896
96.	00V277	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45389
97.	00V278	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45833
98.	00V279	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46059
99.	00V280	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45604
100.	00V281	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45187
101.	00V282	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45144
102.	00V283	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45107

<b>VEÍCULOS DA LINHA LEVE</b>						
<b>Item</b>	<b>Viatura</b>	<b>Marca</b>	<b>Modelo</b>	<b>Ano</b>	<b>Comb</b>	<b>Chassi</b>
103.	00V284	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44798
104.	00V285	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44359
105.	00V286	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44342
106.	00V287	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44318
107.	00V288	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44101
108.	00V289	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45110
109.	00V290	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44112
110.	00V291	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY44901
111.	00V292	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45185
112.	00V293	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45203
113.	00V294	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45581
114.	00V295	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45609
115.	00V296	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45992
116.	00V297	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45765
117.	00V298	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45809
118.	00V299	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45979
119.	00V300	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46026
120.	00V301	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45994
121.	00V302	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45829
122.	00V303	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45768
123.	00V304	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46029
124.	00V305	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46012
125.	00V306	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45433
126.	00V307	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY43918
127.	00V308	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46019
128.	00V309	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45568
129.	00V310	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45584
130.	00V311	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46091
131.	00V312	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY46128
132.	00V313	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45398
133.	00V314	FIAT	Strada Endurance CP-1.4	2023	FLEX	9BD281A2DPYY45756
134.	00V250	FIAT	Strada Freedom CD 1.3	2023	FLEX	9BD281BPJPYY43311
135.	00V251	FIAT	Strada Freedom CD 1.3	2023	FLEX	9BD281BPJPYY43652
136.	00V252	FIAT	Strada Freedom CD 1.3	2023	FLEX	9BD281BPJPYY43865
137.	00V253	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51404
138.	00V254	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51408
139.	00V255	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51414

### VEÍCULOS DA LINHA LEVE

Item	Viatura	Marca	Modelo	Ano	Comb	Chassi
140.	00V256	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51416
141.	00V257	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51413
142.	00V258	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM50801
143.	00V259	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51398
144.	00V260	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51373
145.	00V261	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51368
146.	00V262	FIAT	ARGO	2023	FLEX	9BD358ACCPYM51049

### MÁQUINAS PESADAS

Item	Viatura	Marca	Modelo	Ano	Comb	Chassi
147.	000R30	JCB	03C PLUS	2012	Diesel	9B9214T64CBBDT4456
148.	000R31	JCB	03C PLUS	2012	Diesel	9B9214T64CBBDT4457
149.	000R32	JCB	03C PLUS	2012	Diesel	9B9214T64CBBDT4458
150.	000R33	JCB	03C PLUS	2012	Diesel	9B9214T64CBBDT4459
151.	000R34	JCB	03C PLUS	2012	Diesel	9B9214T64CBBDT4460
152.	000R35	JCB 4X2	214E3C	2014/2014	Diesel	9B9214T14EBBDT4941
153.	000R36	JCB 4X4	214E3C	2014/2014	Diesel	9B9214T14EBBDT4924
154.	000R37	JCB 4X4	214E3C	2014/2014	Diesel	9B9214T14EBBDT4925
155.	000R38	JCB MINI	1CX	2014/2014	Diesel	JCB1CXWSH01744283
156.	000R39	JCB 214E	03C 4 X 2	2014/2014	Diesel	9B9214T24EBBDT4012
157.	000R40	JCB 214E	03C 4 X 2	2014/2014	Diesel	9B9214T24EBBDT4013
158.	000R41	JCB 214E	03C 4 X 2	2014/2014	Diesel	9B9214T14EBBDT4268
159.	000R42	MR/JCB	3CX 2WS4WD	2019	Diesel	S0R3CXTTKK2740795
160.	000R43	MR/JCB	3CX 2WS4WD	2019	Diesel	S0R3CXTTAK2740799
161.	000R44	MR/JCB	3CX 2WS4WD	2019	Diesel	S0R3CXTPPK2740794
162.	00ES02	N. HOLLAND	E215	2014	DIESEL	HBZN215BKEAA01729
163.	000R26	N. HOLLAND	LB 110	2008	DIESEL	N8AH19627
164.	00PA02	N. HOLLAND	W 130	2007	DIESEL	HBZN215BKEAA01729
165.	00PA03	N. HOLLAND	W 170 B	2013	DIESEL	HBZN170BJDAE05210
166.	00PA04	N. HOLLAND	W170B	2014	DIESEL	HBZN170BTEAE05690
167.	00PA05	JHON DEERE	544K-II	2022	DIESEL	1BZ544KALND001412
168.	00ES01	KOMATSU	PC200	2004	DIESEL	**

**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
E TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TCE/SP**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026**

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202...., publicada no ..... de ...../...../20...., Processo Administrativo nº 2013/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 16.668, de 28 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de prestação do serviço de retífica de motor, embuchamento de máquinas, de molejos e de manutenção de ar condicionado, especificado(s) no(s) item(ns) 01 ao 108 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº 036/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Prazo Garantia ou Validade
XX					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

##### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do Contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os Contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.4, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 27, § 3º, do Decreto Municipal nº 16.668, de 2023; ou

9.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 5º, ambos do Decreto Municipal nº 16.668, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 6º, inc. XVI, do Decreto Municipal nº 16.668, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. IX, do Decreto Municipal nº 16.668, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e Data

Assinaturas do representante legal do órgão gerenciador  
e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Prazo Garantia ou Validade
XX					

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Prazo Garantia ou Validade
XX					

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

**RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO REQUISITANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(A) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(A) SUBSTITUTO(A):**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE DO ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE  
BAURU, POR INTERMÉDIO DO(A) .....  
E .....

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 2013/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de retífica de motor, embuchamento de máquinas, de molejos e de manutenção de ar condicionado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O DAE designa como ÓRGÃO GESTOR a Divisão de Apoio Operacional, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

3.2.1. O DAE designa como Gestor do Contrato o(a) Sr(a). Ricardo Alexandre de Angelo, matrícula 101.324, e seu substituto o(a) Sr(a). Anderson Mariano da Cunha, matrícula 103.227;

3.2.2. O DAE designa como Fiscal do Contrato o(a) Sr(a). Davi Erba, matrícula 103.295, e seu substituto o(a) Sr(a). Ricardo Alexandre de Angelo, matrícula 101.324;

3.2.3. O(s) Gestor(es) e Fiscal(is) do Contrato por parte do DAE exercerá(ão) as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666, de 27/03/2023.

## **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/12/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus Anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Divisão de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com

registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de 0,021% (zero vírgula zero vinte e um por cento) por hora de atraso **E/OU** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
    - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade:

14.1.2. Fonte de Recursos:

14.1.3. Programa de Trabalho:

14.1.4. Elemento de Despesa:

14.1.5. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante Legal do CONTRATANTE

---

Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Nome da Empresa:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

Telefone:

CEP:

E-mail: (oficial para as solicitações e comunicações)

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

Conforme estipulado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 036/2026 - DAE**, propomos:

**GRUPO Nº 01 – AMPLA DISPUTA - Itens 1 ao 18: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Retroescavadeiras e Pás Carregadeiras**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE ACIONAMENTO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
2	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
3	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
4	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
5	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
6	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE	Serviço	12		

	ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008				
7	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
8	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
9	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
10	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO, COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
11	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
12	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
13	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
14	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
15	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
16	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		

17	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA, REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
18	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	12		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 02 – AMPLA DISPUTA - Itens 19 ao 36: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Viaturas Pesadas**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
19	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE ACIONAMENTO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
20	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
21	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
22	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
23	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
24	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO	Serviço	10		

	ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008				
25	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
26	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
27	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
28	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO, COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
29	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
30	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
31	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
32	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
33	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
34	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
35	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA,	Serviço	10		

	REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008				
36	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	10		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 03 – AMPLA DISPUTA - Itens 37 ao 54: SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO – Viaturas Leves**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
37	SUBSTITUIÇÃO DA BOBINA ELETROMAGNÉTICA DO COMPRESSOR DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE RESPONSÁVEL PELO ACOPLAMENTO DO CONJUNTO À POLIA MOTRIZ. A INTERVENÇÃO GARANTE ACIONAMENTO CORRETO E EVITA FALHAS NO CICLO FRIGORÍFICO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
38	RECARGA DO FLUIDO REFRIGERANTE DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, RESTABELECENDO PRESSÃO E CAPACIDADE TÉRMICA DO CICLO. EVITA SOBRECARGA DO COMPRESSOR E ASSEGURA EFICIÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
39	SUBSTITUIÇÃO COMPLETA DO COMPRESSOR DE AR-CONDICIONADO, UNIDADE RESPONSÁVEL PELA COMPRESSÃO E CIRCULAÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE. ESSENCIAL PARA RESTABELECER O CICLO FRIGORÍFICO EM CASOS DE TRAVAMENTO OU PERDA DE EFICIÊNCIA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
40	SUBSTITUIÇÃO DO CONDENSADOR, UM PERMUTADOR DE CALOR RESPONSÁVEL POR DISSIPAR O CALOR DO FLUIDO REFRIGERANTE. A NOVA PEÇA GARANTE A EFICIÊNCIA DO CICLO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
41	SUBSTITUIÇÃO DO ELETROVENTILADOR, QUE GARANTE A CIRCULAÇÃO DE AR ATRAVÉS DO CONDENSADOR, OTIMIZANDO A TROCA DE CALOR E A PRESSÃO DO SISTEMA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
42	SUBSTITUIÇÃO DO EVAPORADOR, O PERMUTADOR DE CALOR INTERNO QUE ABSORVE O CALOR DO AMBIENTE. ESSENCIAL PARA O RESFRIAMENTO ADEQUADO DO AR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
43	SUBSTITUIÇÃO DA MANGUEIRA DO AR-	Serviço	15		

	CONDICIONADO, GARANTINDO A INTEGRIDADE E A VEDAÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTOS DO FLUIDO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008				
44	SUBSTITUIÇÃO DA POLIA DO COMPRESSOR, ASSEGURANDO A TRANSMISSÃO CORRETA DO MOVIMENTO ROTACIONAL PARA O ACIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
45	SUBSTITUIÇÃO DO PRESSOSTATO, UM SENSOR DE PRESSÃO QUE PROTEGE O SISTEMA CONTRA SOBREPRESSÃO OU BAIXA PRESSÃO, CONTROLANDO O FUNCIONAMENTO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
46	SUBSTITUIÇÃO DO RELÉ ELETRÔNICO, COMPONENTE QUE GERENCIA O FLUXO DE ENERGIA PARA O COMPRESSOR E OUTROS COMPONENTES, GARANTINDO A OPERAÇÃO ADEQUADA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
47	SUBSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO AR-CONDICIONADO, QUE CONTROLA A VELOCIDADE DO VENTILADOR INTERNO PARA O FLUXO DE AR DESEJADO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
48	SUBSTITUIÇÃO DO ROLAMENTO DO COMPRESSOR, ESSENCIAL PARA O MOVIMENTO SUAVE DO COMPRESSOR E PARA EVITAR RUÍDOS E DESGASTES PREMATUROS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
49	SUBSTITUIÇÃO DO SELO DO COMPRESSOR, VEDAÇÃO VITAL PARA A RETENÇÃO DO FLUIDO REFRIGERANTE E DO ÓLEO LUBRIFICANTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
50	SUBSTITUIÇÃO DO TERMOSTATO E SENSOR, QUE MONITORAM A TEMPERATURA DO EVAPORADOR E DO AMBIENTE, CONTROLANDO A ATIVAÇÃO DO COMPRESSOR PARA MANTER A TEMPERATURA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
51	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE ENCHIMENTO DO AR-CONDICIONADO, COMPONENTE QUE PERMITE O SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
52	SUBSTITUIÇÃO DA VÁLVULA DE TORRE DO AR-CONDICIONADO, PARTE DO COMPRESSOR QUE CONTROLA O FLUXO DO FLUIDO REFRIGERANTE PARA DENTRO DO COMPRESSOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
53	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA, REMOÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E ODORES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		

54	SOLDA EM CANO DE ALUMÍNIO DO SISTEMA. REPARO DE VAZAMENTOS EM TUBULAÇÕES DE ALUMÍNIO DO CIRCUITO DE REFRIGERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15629:2008	Serviço	15		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 04 – AMPLA DISPUTA - Itens 55 ao 68: SERVIÇOS DE MOLEJO – Viaturas Pesadas**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
55	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHÃO 3/4, ASSEGURANDO DIRIGIBILIDADE, REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES E MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE ESTRUTURAL DO CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	14		
56	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHONETE, PARA GARANTIR A CAPACIDADE DE CARGA E DIRIGIBILIDADE, REDUZINDO VIBRAÇÕES E MANTENDO A ESTABILIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	10		
57	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DE EIXO DA TRAÇÃO E TRUCK DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE AJUSTE DA GEOMETRIA DOS EIXOS, ESSENCIAL PARA A DIRIGIBILIDADE, ESTABILIDADE E DESGASTE UNIFORME DOS PNEUS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	06		
58	SERVIÇO DE ARQUEAMENTO DE MOLEJO DE CAMINHÃO, PARA RESTAURAR A CURVATURA ORIGINAL DAS MOLAS, RECUPERANDO A ALTURA DO VEÍCULO E A CAPACIDADE DE CARGA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	08		
59	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DE MANGA DE EIXO DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE USINAGEM E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS DESGASTADAS, ELIMINANDO FOLGAS E MELHORANDO A DIRIGIBILIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	12		
60	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DE MOLEJO DE CAMINHÃO, PARA SUBSTITUIR AS BUCHAS DESGASTADAS NAS ARTICULAÇÕES, ELIMINANDO FOLGAS E RUÍDOS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	10		
61	SERVIÇO DE EMBUCHAMENTO DO SUPORTE DE MOLAS DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS QUE CONECTAM O FEIXE DE MOLAS AO CHASSI, ELIMINANDO FOLGAS E GARANTINDO A FIXAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	20		
62	SERVIÇO DE TROCA DA TRAVESSA DO CHASSIS DE CAMINHÃO. PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA DAS TRAVESSAS ESTRUTURAIS QUE COMPÕEM O CHASSI,	Serviço	14		

	RESTAURANDO A RIGIDEZ E A CAPACIDADE ESTRUTURAL DO VEÍCULO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001				
63	SERVIÇO DE TROCA DE BALANÇA DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DO COMPONENTE DA SUSPENSÃO QUE CONTROLA O MOVIMENTO VERTICAL DO EIXO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	08		
64	SERVIÇO DE TROCA DE BUCHAS DE MOLAS DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DE BUCHAS DE BORRACHA OU POLIURETANO PARA EVITAR ATRITO ENTRE AS MOLAS E O CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	02		
65	SERVIÇO DE TROCA DE JUMELLOS DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DOS SUPORTES ARTICULADOS QUE CONECTAM O FEIXE DE MOLAS AO CHASSIS, PERMITINDO O MOVIMENTO VERTICAL DAS MOLAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	14		
66	SERVIÇO TROCA DE TIRANTE DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DE TIRANTES DA SUSPENSÃO QUE MANTÉM A GEOMETRIA DO EIXO DA SUSPENSÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	08		
67	SERVIÇO TROCA DO "V" DA SUSPENSÃO DE CAMINHÃO. SUBSTITUIÇÃO DO TIRANTE EM FORMATO DE "V" DA SUSPENSÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001	Serviço	05		
68	DESMONTAGEM, SUBSTITUIÇÃO E MONTAGEM DE MOLAS EM CAMINHÃO 3/4, ASSEGURANDO DIRIGIBILIDADE, REDUÇÃO DE VIBRAÇÕES E MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE ESTRUTURAL DO CHASSI. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 E ABNT NBR 15988:2011	Serviço	02		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 05 – AMPLA DISPUTA - Itens 69 ao 80: SERVIÇOS DE EMBUCHAMENTO – Máquinas Retroescavadeira**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
69	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA CAÇAMBA DIANTEIRA POR MEIO DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, RESTAURANDO O AJUSTE DIMENSIONAL E ELIMINANDO FOLGAS EXCESSIVAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
70	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA CAÇAMBA TRASEIRA COM PROCESSOS DE USINAGEM DE PRECISÃO (MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO), GARANTINDO MAIOR VIDA ÚTIL DOS PINOS E ARTICULAÇÕES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		

71	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO "H" ARMAÇÃO, UTILIZANDO PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E A FUNCIONALIDADE DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
72	RECUPERAÇÃO DO CHASSI (TODOS OS OLHAIS), INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A INTEGRIDADE ESTRUTURAL E A FUNCIONALIDADE DE TODAS AS ARTICULAÇÕES. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
73	RECUPERAÇÃO DO PIVÔ, POR MEIO DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO PRINCIPAL DA DIREÇÃO E EVITAR FOLGAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
74	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DA LANÇA DO LEVANTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DO BRAÇO DA MÁQUINA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
75	RECUPERAÇÃO DA LANÇA DO LEVANTE, INCLUINDO A DESMONTAGEM E O MANDRILHAMENTO DE TODOS OS OLHAIS, SEGUIDO DE ENCAMISAMENTO E MONTAGEM PARA RESTAURAR A FUNCIONALIDADE COMPLETA DA LANÇA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
76	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO, COM PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DO CILINDRO E ELIMINAR FOLGAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
77	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO DO GIRO, UTILIZANDO PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, RESTAURANDO A FUNCIONALIDADE DO SISTEMA DE GIRO DA MÁQUINA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
78	RECUPERAÇÃO DOS OLHAIS DO CILINDRO DE PROFUNDIDADE, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR O MOVIMENTO DO BRAÇO DE PROFUNDIDADE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
79	RECUPERAÇÃO DO OLHAL DO CILINDRO DA	Serviço	10		

	CAÇAMBA DIANTEIRA, COM PROCESSOS DE DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO, PARA RESTAURAR A ARTICULAÇÃO DA CAÇAMBA FRONTAL. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)				
80	RECUPERAÇÃO DOS OLHAIS DOS ESTABILIZADORES, LADO DIREITO E ESQUERDO, INCLUINDO DESMONTAGEM, MANDRILHAMENTO E ENCAMISAMENTO PARA RESTAURAR A ESTABILIDADE DA MÁQUINA DURANTE A OPERAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 14780:2001 (APLICADA A ELEMENTOS DE SUSPENSÃO E ARTICULAÇÕES)	Serviço	10		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 06 – AMPLA DISPUTA - Itens 81 ao 90: SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR – Motores Diesel 4 Cilindros**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
81	RETÍFICA COMPLETA DO BLOCO DE MOTOR DIESEL 4 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
82	RETÍFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
83	RETÍFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
84	RETÍFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS, ASSENTAMENTO E ENCHIMENTO DE SOLDA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
85	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
86	RETÍFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE	Serviço	10		

	VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008				
87	FACEAMENTO DE VOLANTE DE MOTOR, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PLANA E UNIFORME PARA O ACOPLAMENTO DA EMBREAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
88	TESTE DE VEDAÇÃO DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
89	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	10		
90	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MOTOR PARCIAL, PARA INTERVENÇÕES QUE NÃO REQUEREM A RETÍFICA COMPLETA, COMO TROCA DE COMPONENTES ESPECÍFICOS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 15831:2010	Serviço	10		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 07 – AMPLA DISPUTA - Itens 91 ao 99: SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR – Motores Diesel 6 Cilindros**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
91	RETÍFICA COMPLETA DO BLOCO DE MOTOR DIESEL 6 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
92	RETÍFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
93	RETÍFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
94	RETÍFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS,	Serviço	05		

	ASSENTAMENTO E ENCHIMENTO DE SOLDA. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008				
95	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
96	RETIFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
97	FACEAMENTO DE VOLANTE DE MOTOR, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PLANA E UNIFORME PARA O ACOPLAMENTO DA EMBREAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
98	TESTE DE VEDAÇÃO DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
99	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	05		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

**GRUPO Nº 08 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - Itens 100 ao 108: SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTOR – Motores a Etanol/Gasolina 4 Cilindros**

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
100	RETIFICA COMPLETA DE BLOCO DE MOTOR A CICLO OTTO 4 CILINDROS, INCLUINDO ENCAMISAMENTO, BRUNIMENTO, APLAINAMENTO E USINAGEM DE MANCAIS. RESTABELECE COMPRESSÃO IDEAL E PROLONGA A VIDA ÚTIL DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
101	RETIFICA COMPLETA DE VIRABREQUIM, INCLUINDO POLIMENTO E ENCHIMENTO DE ENCOSTO, PARA RESTAURAR A GEOMETRIA E O ACABAMENTO DAS SUPERFÍCIES, GARANTINDO O BOM FUNCIONAMENTO DOS MANCAIS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
102	RETIFICA COMPLETA DE CONJUNTO DE BIELAS, INCLUINDO EMBUCHAMENTO, MANDRILAMENTO E MONTAGEM NOS PISTÕES, PARA RESTAURAR O ALINHAMENTO E A FOLGA DA ARTICULAÇÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR	Serviço	02		

	13032:2008				
103	RETIFICA COMPLETA DE CABEÇOTE, INCLUINDO DESMONTAGEM, TESTE DE VEDAÇÃO, APLAINAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE VEDADORES, GUIAS E SEDE DE VÁLVULAS, ASSENTAMENTO, ENCHIMENTO DE SOLDA, AJUSTE DE ALOJAMENTO DO COMANDO, REGULAGEM DE VÁLVULAS E MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
104	BRUNIMENTO DE JOGO DE CAMISAS, PARA CRIAR UM PADRÃO DE RUGOSIDADE IDEAL NAS PAREDES DOS CILINDROS, OTIMIZANDO A RETENÇÃO DE ÓLEO E A VEDAÇÃO DOS ANÉIS DO PISTÃO. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
105	RETIFICA E POLIMENTO DE COMANDO DE VÁLVULAS, PARA RESTAURAR O PERFIL DOS CAMES E A SUPERFÍCIE DE CONTATO, GARANTINDO O SINCRONISMO E A ABERTURA CORRETA DAS VÁLVULAS. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
106	TESTE DE VEDAÇÃO E TRINCA DE CABEÇOTE, PARA VERIFICAR A AUSÊNCIA DE VAZAMENTOS E A INTEGRIDADE DO CABEÇOTE ANTES DA MONTAGEM. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
107	PLAINAMENTO DE CABEÇOTE, PARA GARANTIR UMA SUPERFÍCIE PERFEITAMENTE PLANA E A VEDAÇÃO IDEAL ENTRE O CABEÇOTE E O BLOCO DO MOTOR. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008	Serviço	02		
108	TESTE DE TRINCA DE CABEÇOTE, PARA DETECÇÃO DE FISSURAS INTERNAS QUE COMPROMETEM A INTEGRIDADE DO COMPONENTE. - NORMAS APLICÁVEIS ABNT NBR 13032:2008 E	Serviço	02		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>					

Havendo qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I do Edital e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá, para todos os efeitos, as do Anexo I.

**Validade da Proposta:** Conforme item 5.10 do Edital.

**Prazo de Execução:** Conforme item 5 do Termo de Referência.

**Prazo de Garantia:** Conforme item 5 do Termo de Referência.

“**DECLARO**, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 036/2026.**”

“**DECLARO** que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na

convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

“**DECLARO** que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo de nossa inteira responsabilidade a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao DAE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.”

.....  
Assinatura

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
Residência: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
E-mail Institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail Pessoal: \_\_\_\_\_

Data: ...../...../.....

**ANEXO IV - MODELOS DE CARTAS DE CREDENCIAMENTO E OUTRAS DECLARAÇÕES**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

(preencher em papel timbrado da empresa)

**Ao Pregoeiro do Departamento de Água e Esgoto de Bauru:**

Referente: Processo Administrativo nº 2013/2025 - Pregão Eletrônico nº 036/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, credenciamos o Senhor ....., portador da carteira de identidade RG nº ..... e do CPF nº ....., para nos representar na licitação em referência, conferindo-lhe poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente,

---

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

**Observação:** Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.



**CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA**

(preencher em papel timbrado da empresa)

**Ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru:**

Referente: Processo Administrativo nº 2013/2025 - Pregão Eletrônico nº 036/2026 - DAE

Prezados Senhores,

A Empresa ....., situada na Rua ....., nº ....., na cidade de ....., credencia o(a) Senhor(a) ....., portador(a) da carteira de identidade RG nº ....., para nos representar na vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado.

Atenciosamente,

---

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

**ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**

Referente: Processo Administrativo nº 2013/2025 - Pregão Eletrônico nº 036/2026 - DAE

Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa ....., neste ato representada pelo Sr(a) ....., RG nº ....., CPF nº ....., compareceu ao DAE, sito na Rua Padre João, nº 11-25, Vila Santa Tereza, Bauru-SP, CEP 17012-020, para efetuar vistoria técnica para elaboração de proposta para execução do objeto do Edital epigrafado, tendo conhecimento do local e das condições de realização do serviço.

Local, ..... de ..... de 2026.

(Assinatura e carimbo do funcionário responsável pelo acompanhamento da vistoria)

## DECLARAÇÃO

(preencher preferencialmente em papel timbrado ou em papel comum com o carimbo do CNPJ)

Eu, (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....,  
Responsável Técnico da Empresa (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ nº ....., **DECLARO**  
conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 8.9.2 do Edital.

Local, ..... de ..... de 2026

.....

Assinatura do Representante Legal